



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

BÁRBARA LUIZA QUEIROZ DO CARMO

**BIBLIOTECAS DO SISTEMA INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO COMO AGENTES NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Recife

2018

BÁRBARA LUIZA QUEIROZ DO CARMO

**BIBLIOTECAS DO SISTEMA INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO COMO AGENTES NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Aguiar Cruz-Riascos.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C287b Carmo, Bárbara Luiza Queiroz do
Bibliotecas do Sistema Integrado da Universidade Federal de Pernambuco como agentes na inclusão das pessoas com deficiência visual / Bárbara Luiza Queiroz do Carmo. – Recife, 2018.
75f.: il.

Orientadora: Sônia Aguiar Cruz-Riascos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Bibliotecas. 2. Acessibilidade. 3. Deficiência visual. 4. Inclusão. 5. UFPE. I. Cruz-Riascos, Sônia Aguiar (Orientadora). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-59)

BÁRBARA LUIZA QUEIROZ DO CARMO

**BIBLIOTECAS DO SISTEMA INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO COMO AGENTES NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 19/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Sônia Aguiar Cruz-Riascos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Maurício Rocha de Carvalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Camila Oliveira de Almeida Lima (Examinadora Interna)
PPGCI / Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado força, sabedoria, luz e me protegido durante toda essa caminhada.

Agradeço aos meus familiares mais próximos que sempre me incentivavam nos estudos mostrando que é um dos melhores caminhos para um progresso pessoal de sabedoria e conhecimento, em especial à minha mãe, minha inspiração de vida. E, em memória, ao meu avô.

Agradeço, também, a todos da comunidade acadêmica da qual fiz parte durante esses quatro anos, em particular aos colegas de classe, aos professores, em especial à professora Sonia Riascos, que me orientou durante todo o processo para a conclusão deste trabalho, sendo um grande exemplo e inspiração de profissional, e também a todos os bibliotecários do SIB e profissionais do NACE e do CE da UFPE que me ajudaram com suas participações para desenvolver este estudo.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa tem como temática a acessibilidade em bibliotecas universitárias. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que tem por objetivo analisar como as bibliotecas do Sistema Integrado da Universidade Federal de Pernambuco podem atuar como agentes da inclusão de pessoas com deficiência visual, ajudando na desconstrução das barreiras existentes na instituição. Para tanto foram realizadas coletas de dados, por meio de questionários, com bibliotecários quanto à atual situação dessas unidades de informação, levando em conta sua estrutura, materiais informacionais e capacitação dos profissionais em relação a esse atendimento especializado. Para complementar o estudo, também foi realizada uma entrevista junto à Coordenação do Núcleo de Acessibilidade da Universidade. Como principal resultado tem-se que apesar das bibliotecas ainda não contribuírem de maneira integral para o processo de inclusão, os profissionais, em sua grande maioria, tem a consciência da importância dessas unidades como agentes nesse contexto, e seguem atuando para adaptar as bibliotecas para as pessoas com deficiência visual para disponibilizar atendimento especializado e apropriado.

Palavras-chave: Bibliotecas. Acessibilidade. Deficiência visual. Inclusão. UFPE.

ABSTRACT

This research treats about accessibility in university libraries. This is a descriptive research with a qualitative approach that aims to analyze how the libraries of the Integrated System of the Federal University of Pernambuco can act as agents of the inclusion of people with visual impairment, helping in the deconstruction of the barriers existing in the institution. For this purpose, data were collected through questionnaires, with librarians about the current situation of these information units, taking into account their structure, informational materials and capacity of professionals in relation to this specialized service. To complement the study, an interview was also held with the Coordination of the Accessibility Nucleus of the University. As a main result, although libraries still do not contribute fully to the inclusion process, the majority of professionals are aware of these units importance as agents in this context, and they continue to adapt their libraries to persons with visual impairment to provide specialized and appropriate care.

Keywords: Libraries. Accessibility. Visual impairment. Inclusion. UFPE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Políticas ou diretrizes.....	39
Gráfico 2 –	Público-alvo.....	40
Gráfico 3 –	Estrutura.....	42
Gráfico 4 –	Acervo.....	44
Gráfico 5 –	Tecnologias.....	45
Gráfico 6 –	Equipe.....	48
Gráfico 7 –	Biblioteca.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Serviços e produtos.....	47
Quadro 2 –	Importância das Bibliotecas.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Evolução conceitual e terminologia da acessibilidade.....	22
------------	--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAC	Centro de Artes e comunicação
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CAP	Colégio de Aplicação
CB	Centro de Biológicas
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CE	Centro de Educação
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciências e Saúde
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências
IBDD	Instituto brasileiro dos direitos da pessoa com deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NACE	Núcleo de Acessibilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com deficiência
PROUNI	Programa Universidade para todos
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
WAI	Web Accessibility Initiative
W3C	World Wide Web

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 O acesso à educação	18
2.2 Acessibilidade	21
2.2.1 Acessibilidade para deficientes visuais	25
2.2.2 Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE)	28
2.3 Bibliotecas universitárias e inclusão para acessibilidade	29
2.4 O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE)	33
3 METODOLOGIA	34
3.1 Classificação da pesquisa	34
3.2 Universo e amostra	35
3.3 Procedimentos metodológicos	36
4 COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1 Questionário	38
4.2 Entrevista	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	70
APÊNDICE B	75

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar este estudo, faz-se necessário entender o conceito atual relativo às pessoas com deficiência, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CONVENÇÃO, 2007a, p. 12.) as apresenta como “quaisquer outras pessoas com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades”. Evidencia-se que a deficiência é “apenas mais uma característica da condição humana” e o que se busca é a inclusão na sociedade das pessoas com igualdade de oportunidades.

Pode-se dizer que outro avanço na área foi a alteração do modelo médico para o modelo social. Este conceito defende que o aspecto limitador é “o meio em que a pessoa está inserida e não a deficiência em si”, considerando a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Esta abordagem esclarece que as deficiências não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Então, “a falta de acesso a bens e serviços deve ser solucionada de forma coletiva e com políticas públicas estruturantes para a equiparação de oportunidades” (CONVENÇÃO, 2007b, p. 13).

Na referida Convenção, tem-se que Pessoas com deficiência são:

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (2007, p. 26.).

O Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004) indica deficiência como “restrição ou perda que cause impedimento para desenvolver habilidades consideradas normais para a maioria dos seres humanos”, mencionando os tipos: visual, auditiva, física, intelectual ou sensorial ou múltipla. .

Pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, último a disponibilizar as informações sobre acessibilidade no país, tem-se que 45,6 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, dos quais, 18,8% com deficiência visual, ou seja, 8 milhões 572 mil e 800 pessoas (INSTITUTO, 2010).

Dois aspectos são essenciais para a inclusão de pessoas com deficiência, o acesso à educação para a formação e o acesso à empregabilidade ou ao mercado de trabalho para sua participação profissional na sociedade. O conceito da deficiência está diretamente ligado aos direitos humanos e aos direitos cidadãos, entendendo que a deficiência é uma característica da diversidade humana (CRUZ-RIASCOS, 2018, no prelo)

De tal modo, no tocante ao acesso às universidades, tem-se a Lei Federal brasileira 7.853 de 24 de outubro de 1989, que foi uma das primeiras a por em pauta o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação com a inclusão no sistema educacional em qualquer modalidade educativa desde o ensino infantil ao superior (BRASIL, 1989).

Segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência (IBDD) não há lei que regulamente a obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior (IES) em oferecer vagas especiais para os estudantes com deficiência (INSTITUTO, 2018). O que ocorre é que apenas algumas instituições optam por estabelecer esses percentuais exclusivos, como é o caso das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro, onde a Lei Estadual 4.151, de 04 de setembro de 2003, prevê a disponibilização de 45% das vagas para estudantes carentes, entre os quais 15% são designados para pessoas com deficiência e minorias étnicas (INSTITUTO, 2018). Além disso, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), uma iniciativa do Governo Federal do Brasil, criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005 também possui critérios estabelecidos para a reserva de vagas direcionada às pessoas com deficiência (INSTITUTO, 2018)

Mesmo não havendo leis nacionais que regulamentem condições de igualdade, - aqui entendida como adequação de condições - para o acesso de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior, as instituições de ensino passaram a ser obrigadas por lei a disponibilizar vagas por quotas para promover acessibilidade, e também para viabilizar meios físicos e métodos de ensino, como também para estruturar núcleos de acessibilidades, para que o processo de aprendizagem abranja a todos sem distinção e limitações, conforme o Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES), (BRASIL, 2010) e Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no § 2º do art. 5º:

[...] VII – estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

[...] § 5º Os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. (BRASIL, 2011, p.12).

Cita-se o Programa Incluir, como uma iniciativa do Governo brasileiro, direcionado para a Acessibilidade na Educação Superior que propõe ações para a garantia do acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e que se enquadra nessa perspectiva pensando no tocante à acessibilidade física e pedagógica, visando, especialmente, a integração das pessoas. Uma de suas finalidades é “fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade que respondem pela organização de ações institucionais” tendo o foco no desenvolvimento das PDC na vida acadêmica, a partir da retirada das barreiras atitudinais, educativas, arquitetônicas e de comunicação” (BRASIL, 2013).

Apesar dos aparatos legais que buscam garantir os direitos nas mais diversas formas de integração social, deve-se pensar na abrangência do número total de pessoas com deficiência existente no país e a presença de barreiras que ainda dificultam no processo de inclusão. Melo (2006, p.12) destaca as seguintes barreiras: *arquitetônicas* que dificultam a mobilidade das pessoas com deficiência, *metodológicas* quanto à acessibilidade do ensino, por exemplo, quando ao uso de instrumentos e tecnologias que facilitam a aprendizagem, e ainda, *atitudinais* que dizem respeito ao convívio social observando, por citar, o comportamento de colegas que inferiorizam as limitações das pessoas com deficiência ou de profissionais pouco preparados para lidar com os diferentes públicos.

Mediante a ocorrência dessas barreiras, dentre outras, na área educacional nas universidades e tendo as bibliotecas dessas instituições o papel de apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, como se pode pensar na atuação dessas unidades de informação direcionada para as pessoas com deficiência visual?

Conforme Araújo (2009), a preocupação da Biblioteconomia se voltar para as vertentes sociais tem como base uma das Correntes teóricas da Ciência da Informação chamada de Teoria Crítica da Informação, que aponta aspectos importantes para o olhar direcionado às minorias que, usualmente, ficam à margem dos processos informacionais,, assim viabilizar o processo da democratização da informação, da diminuição de desigualdades e também da formação educacional das pessoas com deficiência.

Justifica-se a escolha deste tema, devido ao interesse pessoal na área de estudo e também por meio de observações cotidianas que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual na sua integração social, direcionando assim a pesquisa para o âmbito das unidades Informacionais, visto que, as bibliotecas necessitam atender a todas as pessoas independente de quaisquer características pessoais, propiciando a inclusão dos usuários de forma ampla e sem restrições. Ao falar em acessibilidade, deve-se dizer que precisa ser entendida pelo conceito da universalidade, em que se tem o acesso físico ao recinto da biblioteca, acesso físico e digital aos acervos para uso das coleções, disponibilidade de equipamentos e viabilidade dos recursos informacionais que os demais usuários utilizam. Para tanto, muitas vezes se faz requerida uma mudança desde a infraestrutura do edifício até a questão atitudinal dos profissionais bibliotecários que atuam no serviço de referência, contemplando todas as atividades que se façam necessárias para o atendimento adequado e completo.

O presente trabalho, portanto, tem o objetivo de analisar como as bibliotecas do Sistema Integrado da UFPE (SIB/UFPE) podem atuar como agentes da inclusão das pessoas com deficiência visual, ajudando na desconstrução das barreiras existentes nesta instituição. Para tal finalidade, pretende-se:

- Conhecer sobre o tema da acessibilidade;
- Pesquisar aspectos relativos à acessibilidade nas unidades informacionais SIB da UFPE;
- Investigar como o Núcleo de Acessibilidade desta Universidade (NACE) atua com o SIB para propiciar a inclusão dessas pessoas;

- Identificar como os profissionais percebem as dificuldades para a inclusão de pessoas com deficiência visual;
- Verificar como estão se capacitando para atuação em prol da acessibilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se fazer uma revisão literária de textos que embasem o tema proposto sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual na finalidade de alcançar o objetivo geral da pesquisa de analisar como as bibliotecas integradas à Universidade Federal de Pernambuco podem contribuir nesse processo.

2.1 O acesso à educação

Nos mais diversos aspectos legais, perceber-se que há normativas acerca da igualdade dos direitos dos cidadãos e também quanto aos direitos à educação e inclusão das pessoas com deficiência nas instituições educativas.

Os dois primeiros artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmam:

Art.1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]

Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ORGANIZAÇÃO,1948).

O Artigo 5º da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988a) faz a seguinte ressalva sobre a igualdade dos direitos sociais: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. E, no que diz respeito à Educação também há leis que buscam assegurar o ingresso das pessoas com deficiência nas instituições de ensino.

Ainda na Constituição Brasileira, o artigo 205º(BRASIL, 1988b) traz que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De forma mais específica, no que se diz legalmente sobre os direitos das pessoas com deficiência ao acesso à educação a Lei nº 7.853 de 1989, estabelece as diretrizes que dão apoio à integração social e define os seguintes direitos:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, 1999).

Sobre essa normativa Silva destaca:

A Lei nº 7.853 de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999a), foi a primeira normativa que define um conjunto de orientações com o propósito de garantir o pleno exercício das pessoas com deficiência, uma vez que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse documento objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, obedecendo aos princípios para a inclusão no contexto socioeconômico e cultural; estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que visem garantir às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos e respeito e igualdade de oportunidades [...] (SILVA, 2016,p. 26).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 é uma das mais recentes no que trata sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação, onde afirma-se no capítulo IV do Direito à Educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas,

sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015a).

Gil completa que:

Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. (GIL, A., 2005, p.16).

A área educacional é considerada como a via de inclusão para a acessibilidade, visto que a partir das escolas e das universidades se pode fazer a aproximação requerida entre as pessoas com deficiência visual, os especialistas da área e as instituições de ensino.

Quanto aos professores e palestrantes, deve-se dizer que eles devem preparar antecipadamente seus treinamentos e apresentações de forma acessível para atender aos estudantes com deficiência visual. Tais materiais devem ser disponibilizados em formatos apropriados de acordo com as necessidades e particularidades de cada pessoa, por exemplo: materiais em preto e branco, impressão com tamanho de fontes maiores, etc. (HERSH, 2018, Tradução nossa).

Ou seja, a informação acessível é um direito das pessoas com deficiência visual e para tanto, deve-se dar acesso a versões de áudio, tácteis e visuais, lembrando que todas as versões devem estar atualizadas. Pode-se utilizar os padrões visuais de acessibilidade como: abaixo do nível dos olhos, tamanho grande, etc.

Deve-se pensar, também, na maneira de possibilitar o uso de tecnologias assistivas para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, como também devem disponibilizar o acesso à web e aos documentos acessíveis. Assim como, os materiais escritos em quadros, por exemplo, devem ser lidos de forma clara. Ressalta-se a relevância do material ser disponibilizado em Braille e isso pode ser feito pelos centros de apoio às escolas e universidades (HERSH, 2018, Tradução nossa). Ademais, deve existir mais pesquisas tecnológicas deve auxiliar o desenvolvimento do Braille digital.

Muitas escolas e universidades passaram a utilizar versões tácteis pelo menos de diagramas, ou ainda, deve-se descrever as informações de outros desenhos ou gráficos que ainda não estão disponibilizadas em texto para a devida conversão. (HERSH, 2018, Tradução nossa).

No âmbito ainda das atividades nos ambientes de ensino, deve-se prever as viagens de campo, o uso de laboratórios e a prática de esportes com soluções acessíveis, lembrando sempre dos equipamentos de áudio que devem ser disponibilizados para facilitar a mobilidade e a integração social (HERSH, 2018, Tradução nossa).

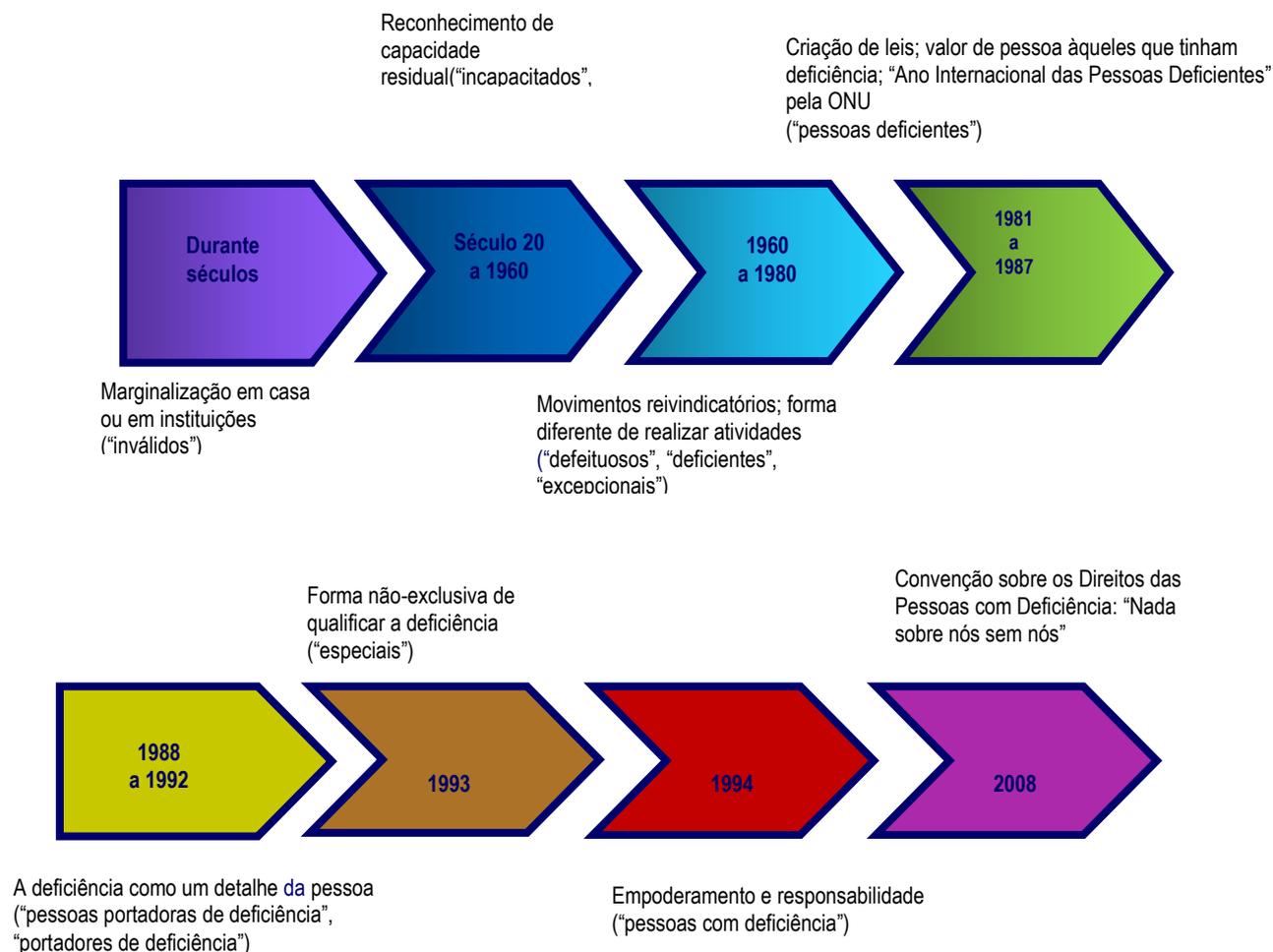
Importante destacar, também, a necessidade de promover a integração educacional e social nas escolas e nas universidades a partir de sensibilizações e de conscientizações a serem realizadas pelos professores para mostrar como se deve lidar com estudantes PDV, tratando-os com respeito e dando responsabilidades (HERSH, 2018, Tradução nossa).

Reforçando a ideia de Pereira (2015), a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior é um direito de cidadania que está presente na Constituição Federal de 1998, porém apesar do exposto nela e em outras leis regentes sobre o assunto, a inclusão ainda é um desafio que precisa ser superado já que apenas a legislação não é capaz de operar mudanças efetivas. Rocha e Guimarães (2009, p.28) alertam que “[...] as formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias”. Por isso, deve-se pensar de maneira prática como promover essas mudanças tornando as Instituições de Ensino Superior (IES) cada vez mais acessíveis para a diversidade do seu público.

2.2 Acessibilidade

Ao longo do tempo a concepção de deficiência no mundo sofreu alterações, e nos últimos anos, significativa foi a evolução. As autoras Hott e Cruz-Riascos (2016) apresentam um breve panorama sobre essa evolução conceitual e a terminologia de cada período, conforme figura abaixo.

Figura 1 – Evolução conceitual e terminologia



Fonte: Hott e Cruz-Riascos (2016)

Fujino (2017a, p. 246) cita Marta Gil, coordenadora executiva da Amankay Instituto de estudos e pesquisa que atuava na área da Deficiência, na década de 1970, e esta comentava que "a deficiência era vista como um problema que estava na pessoa" e, de tal forma, "a pessoa é que deveria ser modificada para se tornar apta a viver em sociedade". Depois de 1990, surgiu "o princípio da Inclusão", e nele "a deficiência passa a ser vista como resultado da incapacidade da sociedade em atender às necessidades dessa mesma pessoa". Nessa linha de pensamento e concepção, "a sociedade deve se tornar capaz de acolher todos, sem restrição".

Desde a instituição da Constituição Federal Brasileira (1988b), tem sido desenvolvidos leis, decretos e normativas e diretrizes no país em prol da

acessibilidade, podendo ser citadas de maior impacto para as pessoas com deficiência, como: a Lei 10.048/2000 (prioridade de atendimento), regulamentada dec. 5.296/2004; a Lei 10.098/2000 (promoção da acessibilidade), regulamentada dec. 5.296/2004; a Lei 10.436/2002 (Libras), regulamentada dec. 5.626/2005; o Decreto 6.949/2009 (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência); a Lei 13.146/2015 (LBI); a Resolução 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Considera-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como um grande passo para acessibilidade deste grupo de indivíduos. O tema passou ganhar mais visibilidade por parte das instituições públicas em busca das condições de acessibilidade em vários âmbitos, dentre eles, sociais e educacionais.

Em relação ao tema, Sampaio (2013, on-line) afirma:

A plena participação na sociedade de pessoas com deficiência envolve, necessariamente, dois pré-requisitos. Primeiro, conhecer as características da deficiência, em seus aspectos sociais (representação cultural e histórica, características institucionais e ambientais...) e pessoais (impacto emocional, físico, perceptivo e cognitivo da deficiência). Em seguida, criar condições de acesso a todas as atividades.

É possível perceber que os avanços ocorridos na elaboração de políticas públicas e na legislação no Brasil fazendo com que o conjunto de normativas possam vir a viabilizar a implementação dos processos para a acessibilidade, que é um dos principais meios para a garantia dos direitos das PDC. Quando se trata de discutir sobre as diversas necessidades dessas pessoas, observa-se a grande quantidade de questões envolvidas para a efetividade da acessibilidade para a inclusão, e da importância de instituições e pessoas como facilitadoras na execução das ações, na interação das pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou limitação, na eliminação das barreiras, etc.

Na legislação brasileira, acessibilidade é definida na Lei nº 13.146, no artigo 3º, como:

[..] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos

urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015b).

Um das primeiras ações concretas em que se mostrou o novo olhar para as questões de acessibilidade no país foi a criação, em 1985, da primeira norma técnica brasileira sobre Adequação das edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa com deficiência, a NBR 9050:1985 feita pela comissão de estudos do Comitê Brasileiro da Construção Civil e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010a).

AABNT é a organização responsável por normalizar questões referentes a acessibilidade no país. Na norma NBR 9050/2004 são dadas as seguintes definições para os termos: “acessibilidade” e “acessível”:

3.1 acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

3.2 acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação” (ASSOCIAÇÃO, 2004, p.2).

Barros (2010, on-line) reforça a ideia de que:

Desenvolver a acessibilidade em um ambiente é promover condições de mobilidade com autonomia, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas [...] A acessibilidade é um direito de todos, de ir e vir, uma conquista social salientando a cidadania de cada um. Quando um espaço é construído acessível a todos é capaz de oferecer oportunidades iguais a todos

De acordo com Prado, Lopes e Ornstein (2010b, p.12,105) o desenho universal, tem como característica: “[...] considerar como os espaços e objetos são percebidos e utilizados pelos distintos usuários conforme suas necessidades [...]”. Segundo os autores, “o desenho universal engloba situações e padrões distintos - como homens e mulheres altos ou baixos, em pé ou sentados, de diferentes idades e habilidades físicas, sensoriais e cognitivas- considerando seus limites” Eles ainda destacam que: “atender a essas necessidades implica reduzir diretamente o esforço

necessário para cada pessoa executar determinada tarefa ou acessar determinado ambiente”.

2.2.1 Acessibilidade para deficientes visuais

A Secretaria de Educação Especial define a deficiência visual como: "a perda ou redução total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica" (Brasil, 1994, p.16).

Segundo o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, a Deficiência visual abrange a cegueira e a baixa visão. Tibola (*apud* MISSA; FERNANDES; AGUIAR, s.d., p. 4) caracteriza os diferentes níveis da seguinte forma:

Cegueira: é a perda total e/ou resíduos mínima de visão, que leva o indivíduo a necessitar do "Sistema Braille", como meio de leitura e escrita, além de outros equipamentos específicos para o desenvolvimento educacional e integração social. Visão subnormal: trata-se da pessoa que possui resíduo visual que a possibilita ler impressos a tinta, de forma ampliada, ou com o uso de equipamentos específicos.

Para desenvolver um novo modelo abrangente de tecnologia assistencial se faz necessário desenvolver fundamentos acerca da visão, da mobilidade, das comunicações e do acesso à informação, das condições requeridas para as atividades de vida diária, da viabilidade de acesso à educação, da empregabilidade e, também, de atividades recreativas.

A acessibilidade para as pessoas com deficiência visual engloba vários aspectos, pensando-se primeiramente nas questões de orientação e mobilidade, “a pessoa cega ou com baixa visão precisa conhecer o espaço que a rodeia, os objetos, as formas, os tamanhos e também precisa compreender como ocupa sua posição naquele determinado espaço” (ALEGRE, 1995a, on-line) Para que isso aconteça é preciso o planejamento das estruturas físicas e de sua identificação como maneira de facilitar essa interação e conhecimento do espaço.

Para Bueno (1992, p. 205, 206), um dos maiores problemas que as PDV enfrentam é o da orientação e mobilidade. A mobilidade se refere à “capacidade de se mover com certa facilidade, e isso envolve uma interação com o ambiente”.

A orientação diz respeito à “percepção que o indivíduo tem do seu ambiente e da sua posição nele”. Para as PDV significa que “devem adquirir o sentido de orientação por meios auditivos e táteis e não visuais”. A mobilidade é alcançada “através de sistemas de treinamento que envolvem a utilização de recursos mecânicos como bengalas, ópticos - como lentes especiais, eletrônicos, como uso do laser, etc. além da companhia de cães-guias treinados” [...] Complementa-se que as habilidades para mobilidade “incluem a aprendizagem do uso da bengala longa e eficientemente, funcionando como uma espécie de aparelho para absorver o choque em uma colisão e propiciar a locomoção em uma variedade de situações”. Acrescenta-se, ainda, a frequência do acompanhante, ou seja, de uma pessoa que possa estar acompanhando a pessoa cega ou com alto grau de deficiência visual.

No âmbito metodológico de aprendizagem Pimentel trás o seguinte conceito:

[...] considera como pessoa cega aquela que apresenta "desde a ausência total de visão, até a perda da projeção de luz". Neste caso, "o processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. (BRASIL, 2006, p.17 *apud* PIMENTEL 2013,p.12).

Caiado (2003) completa que: “a pessoa com visão subnormal pode ler tipos impressos ampliados ou com auxílio de potentes recursos ópticos”.

Assim, o principal método de escrita e leitura tátil utilizado pelas pessoas com deficiência visual é o Sistema Braille, ele foi criado por Louis Braille na França, em 1825 e adota as seguintes características:

a célula Braille básica é composta por 6 pontos agrupados em duas colunas verticais de três pontos cada. Os pontos da 1.^a coluna são os pontos 1, 2 e 3 e os da 2.^a coluna são os pontos 4, 5 e 6. Com esta célula básica cujo tamanho é perfeitamente abrangível pela área da polpa de um dedo, e reconhecível pelos milhares de receptores ali localizados, podem-se construir 63 diferentes combinações. Com estas combinações, facilmente identificáveis pelo tacto, podem-se representar letras, números, sinais de pontuação, sinais matemáticos, etc. Uma página braille típica contém 26 a 28 linhas e 30 a 32 caracteres por linha (ALEGRE, 1995b, on-line).

No Brasil, o Braille chegou por volta do ano de 1850 trazido pelo jovem cego José Álvares de Azevedo, o país foi primeiro da América Latina a adotar o sistema

de escrita. O Braille é considerado a maneira mais segura, completa e eficiente no âmbito de aprendizagem e do acesso à informação para as pessoas com deficiência visual. (ADEVA, 2018)

Entende-se, então, que o acesso, com igualdade de condições para todas as pessoas, a serviços e locais públicos é agora exigido por lei em muitos países e no caso das pessoas com deficiência visual, muitas vezes isso é facilitado a partir do uso de tecnologias assistivas facilita a plena participação em muitas atividades sociais que vão desde reuniões e entretenimento até as atividades pessoais de ler livros ou compor músicas, por exemplo. As técnicas de engenharia e os princípios de design vem sendo usados para criar soluções para pessoas com deficiência visual (ASSISTIVE, 2008).

Com os avanços da tecnologia, estudos, projetos, protótipos e produtos passaram a ser desenvolvidos para minimizar ou tentar solucionar as dificuldades de acesso para fornecer acessibilidade. É fato que as tecnologias assistivas que vêm sendo criadas e utilizadas oportunizam melhores condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Cook e Polgar (*apud* FERNANDES; SOUZA, 2018, p.14) as definem como:

uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiência ou outras condições limitantes.

Dentre as tecnologias assistivas mais utilizadas estão os leitores de tela, leitor de impressos, ampliadores de tela, scanner de voz, teclado ampliado.

Observa-se na literatura contribuições de autores internacionais das diversas disciplinas de engenharia e científicas necessárias para descrever e desenvolver as soluções necessárias de tecnologias assistivas. E ao pesquisar sobre o tema, encontra-se uma cobertura de tipos diferentes de dispositivos, aplicações e soluções de tecnologias assistivas utilizados por pessoas com deficiência visual e cegos. No entanto, ainda há necessidade de baratear os custos de produção e de comercialização para dar mais acesso às pessoas de baixa renda.

Na verdade, políticas públicas devem fornecer os recursos e(ou) subsidiar para tais pessoas.

2.2.2 Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE)

O decreto nº 7.611/2011, que trata sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dispõe no capítulo VII do § 2º e no § 5º:

VII – estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Logo, a Universidade Federal de Pernambuco conta com o Núcleo de Acessibilidade institucional (NACE), e este tem por finalidade:

[...] apoiar e promover a acessibilidade para estudantes e servidores deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. (UNIVERSIDADE, 2018a)

As atividades do Núcleo são regulamentadas pela Portaria Normativa nº 04 de 2016. Dentre seus objetivos estão:

Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas,
Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;
Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE. (UNIVERSIDADE, 2016, p.1).

O NACE atua com a presença da Coordenação Geral, Acessória, Setor de Apoio Técnico-Administrativo, Setor Técnico Especializado com o Serviço de Tradução e Interpretação de Libras e Atendimento Especializado (AE) com a equipe de pedagogas e fonoaudiólogas.

2.3 Bibliotecas universitárias e inclusão para acessibilidade

Para abordar a temática do papel das Bibliotecas no contexto da inclusão de pessoas com deficiência, especificamente, as visuais, torna-se necessário tratar a Acessibilidade na Ciência da Informação, que teve seu surgimento vinculado às discussões das conferências realizadas no *Georgia Institute of Technology*, nos EUA, em Outubro de 1961 e Abril de 1962, e aos assuntos tratados por Harold Borko em 1968, tem-se que é:

um campo do conhecimento que pesquisa o fenômeno da informação, suas propriedades e seu comportamento, assim como os elementos que regem tanto o fluxo informacional quanto os meios de processamento da informação para propiciar o acesso e o uso (HOTT; CRUZ-RIASCOS, 2018a, p.1).

Ao falar sobre acessibilidade, indica-se que ela inclui:

a possibilidade de alcance para utilização de tecnologias assistivas e adoção do desenho universal nos produtos, recursos, metodologias, práticas e serviços promove segurança, autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência nos espaços, mobiliários, nos sistemas e tecnologias de informação e comunicação (HOTT; CRUZ-RIASCOS, 2018b, p.1).

Na Ciência da Informação, a acessibilidade informacional depende do conhecimento das necessidades de informação do potencial usuário, além dos aspectos que envolvem a infraestrutura para acesso e divulgação, condições fundamentais para o desenvolvimento de mediações que viabilizem o acesso cognitivo e apropriação das informações pelo usuário (FUJINO, 2017b, p.237). A autora reforça o embasamento na área, citando o conceito de materialidade de Frohman (2008, p. 20-21) e retomando-o: “como uma ponte que liga duas áreas conceituais: informação, por um lado, e práticas públicas e sociais por outro”.

Ao tratar do fluxo informacional e dos meios de processamento da informação, incluindo as tecnologias assistivas e o desenho universal, possibilita-se o acesso e o uso dos recursos informacionais para todas as pessoas sem distinção. Sendo assim, a acessibilidade pode ser ter suas questões teóricas e aplicadas tratadas pela Ciência da Informação, possibilitando a inclusão das pessoas com deficiência (HOTT; CRUZ-RIASCOS, 2018c, p.1).

Outro recurso de extrema relevância quando se trata do direito ao acesso e o uso dos recursos informacionais é a Lei de Acesso a Informação (LAI), regulamentada pelos Decretos Federais nº 7.724 de 2012 e nº 8.408 de 2016. Fujino (2017c, p.243) levando em conta aspectos definidos pela Controladoria-Geral Da União (2011) afirma que:

LAI tem como princípios norteadores: o da publicidade máxima; da transparência ativa; da abertura de dados; da promoção de um governo aberto; da criação de procedimentos que facilitem o acesso, e determina que o amplo acesso à informação é a regra e o sigilo, a exceção.

As unidades de informação são de extrema importância no que corresponde ao quesito, inclusão, acesso e disseminação da informação. Andrade, Lucas e Nascimento (2015, p.1) destacam que:

Unidades de Informação (UI) são espaços de convívio público onde se encontram diferentes tipos de usuários, com diferentes tipos de necessidades, mas que têm um objetivo em comum: a busca de informações para satisfazer suas necessidades pessoais e/ou profissionais.

Logo, as bibliotecas assumem esse importante papel na sociedade como um dos agentes atuantes na democratização da informação e no seu amplo acesso para todos.

Quando inseridas nas universidades no contexto da inclusão das pessoas com deficiência, as bibliotecas têm um papel fundamental, Silva explica:

a Biblioteca Universitária está diretamente ligada ao ensino superior e é uma instituição fundamental para auxiliar no processo de aprendizagem. Sua influência está ligada ao auxílio ao ensino, à pesquisa, ao atendimento a estudantes universitários e à comunidade em geral. Seu papel é suprir as necessidades de informações técnicas, científicas, literárias ao ensino, à pesquisa e à extensão (SILVA *et al*,2004, P.135 *apud* SILVA D. 2010, p.13).

Para que essa interação aconteça de forma satisfatória, Gonzalez (2002 *apud* PAULA; CARVALHO, 2009, p.72) ressalta que as bibliotecas devem embasar suas ações nas perspectivas de adaptação e de acessibilidade. Ainda, segundo o autor, a primeira, segue parâmetros do desenho acessível com todos os aparatos que

facilitem a mobilidade de pessoas com deficiência, como: rampas, banheiros adaptados, sinalização em Braille, dentre outros. Já a biblioteca acessível é aquela que possibilita o acesso à informação em qualquer suporte e para todos os que necessitem, sem distinção das suas limitações”, ou seja, a biblioteca acessível engloba os parâmetros tanto físicos, como virtuais e de serviços de referência, implicando na acessibilidade integral.

A acessibilidade na web deve atender as normas do Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004, e as orientações na construção de páginas e portais na Internet (Brasil, 2004). Destaca-se a escolha do formato da publicação de conteúdos para viabilizar que qualquer pessoa possa navegar na web, independente da tecnologia utilizada, para interagir e obter informações nos diversos provedores de informação e diferente configurações de acesso.

O Consórcio World Wide Web (W3C) é uma comunidade internacional que desenvolve padrões o objetivo de garantir o crescimento da web. Para o W3C Brasil, o uso dos padrões de acessibilidade na web possibilita o “alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, dos sítios e serviços disponíveis na web”(W3C BRASIL, 2018). Em sua definição, Dias (2007, p.111-112) destaca que “o uso dos padrões de e- acessibilidade viabiliza ao usuário não somente o acesso a qualquer tipo de tecnologia da informação, mas também a inteira compreensão das informações disponibilizadas”.

A Cartilha de Acessibilidade na Web, produzida pela W3C Brasil, destaca os sete pontos, que em conjunto promovem a acessibilidade de maneira efetiva no âmbito digital. De acordo com a *Web Accessibility Initiative* do W3C (W3C-WAI) é preciso levar-se em conta a presença do:

- 1) Conteúdo: é a informação contida numa página ou aplicação web, incluindo:
 - a informação natural, tal como texto, imagem e áudio;
 - o código ou marcação, que define a estrutura, a forma de apresentação, etc.
- 2) Navegadores são os tocadores de conteúdo multimídia e outros agentes do usuário.

- 3) Tecnologia assistiva é aquela usada por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como é o caso dos programas leitores de tela, dos ampliadores de tela, dos teclados alternativos, entre outros.
- 4) O conhecimento do usuário, sua experiência e, em alguns casos, suas estratégias adaptativas para a utilização da web.
- 5) Desenvolvedores, designers, codificadores, autores, entre outros, incluindo pessoas com deficiência que são desenvolvedores e usuários que contribuem com conteúdo.
- 6) Ferramentas de autoria: softwares usados para criar sítios web
- 7) Ferramentas de avaliação: avaliadores de acessibilidade, validadores de HTML, validadores de CSS, entre outros.(W3C-WAI *apud* W3C BRASIL, 2018)

Para Fujino (2017d), a ausência de recursos financeiros e de investimentos é dos impeditivos para viabilizar o direito ao acesso à informação por grande parte das PCD. A autora ressalta que para a aquisição e a disponibilização de recursos de informação pelas bibliotecas brasileiras se requer Investimento de empresas no desenvolvimento de equipamentos de auxílio à mobilidade e softwares para auxílio às PCD visual ou aditiva como vídeos ampliadores de texto e imagem, lupas eletrônicas e máquinas para produção de textos em Braille, para gravação de áudios e narração em dispositivos portáteis(FUJINO, 2017e, p. 250).

Hott e Cruz-Riascos (2018b, p173):

a partir da estruturação da web acessível, ocorrendo a provisão do acesso direto à estruturação web acessível, ocorrendo a provisão do acesso e direito à informação nos portais públicos, a interação do indivíduo nesse processo da apropriação da informação para a obtenção de um nova estado de conhecimento, pode se tornar a mola propulsora da Acessibilidade, e por conseguinte da cidadania. (HOTT, CRUZ-RIASCOS, 2018b, p173)

Importante destacar também que mesmo com a disponibilização de tecnologias assistivas, é necessário prover o acesso à informação por parte das PCD, tornar os espaços de informação e cultura fisicamente acessíveis, manter equipes de profissionais capacitadas para o atendimento a esses usuários além de oferecer orientação e suporte no uso das tecnologias e dos recursos (FUJINO, 2017f).

Faz-se importante destacar o papel do bibliotecário segundo as diretrizes do Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação, estabelecendo que:

Para promover a inclusão e erradicar a discriminação, os bibliotecários e outros profissionais da informação asseguram que o direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para qualquer pessoa de qualquer idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual. (IFLA, 2012. p.3)

2.4 O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE)

Usualmente, as universidades federais brasileiras institucionalizam seus Sistemas Integrados de Bibliotecas para reunir as bibliotecas universitárias buscando maior efetividade na administração dessas unidades de informação. Martins (1980) *apud* Fragueti (2017, p.723) define o sistema como:

um conjunto de bibliotecas que se dispuseram a obedecer um plano comum, visando determinado propósito ou objetivo, mantendo interação regular, interdependendo entre si para manutenção do sistema. Cada uma delas pode ter sua estrutura própria, propriedades e relações, mas, desde que se constituam em sistema, passam a interagir dentro de normas estabelecidas pelo plano comum, sob a coordenação de uma unidade aceita como cabeça do sistema.

Fragueti ainda ressalta que:

[...] uma biblioteca ou um sistema de bibliotecas pode ser entendido como um sistema autopoietico, pois quem efetivamente implanta suas mudanças são as pessoas que compõem o sistema. A efetivação das transformações acontecem por meio de suas interações internas (indivíduo, grupo, organização), que processam as mudanças objetivando sua adaptação e conservação, sem perder sua organização-fim. (FRAGUETI, 2017, p.721)

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE) é composto pelas seguintes unidades: Biblioteca Central, (BC), Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC), Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas (CCB), Biblioteca do Centro de Educação (CE), Biblioteca do

Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP), Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - NCV (CAA). Ao todo são 13 bibliotecas setoriais mais Biblioteca Central que é responsável pela coordenação geral das unidades setoriais (UNIVERSIDADE, 2018b).

3 METODOLOGIA

Este item do trabalho inclui a classificação da pesquisa, o universo e a amostra, além dos procedimentos metodológicos.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente estudo procura desenvolver um estudo informativo e social. Para Gil (1991, p. 44), as pesquisas descritivas têm por objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O autor ainda afirma que “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. E complementa:

Pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 1991 p.28).

Estudo de caso é caracterizado, segundo Gil (2008a, p.57-58), pelo “estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Para Yin (2005, p.32), “o estudo de caso é um estudo que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade”. Gil (2008b, p.58), ainda afirma que, o estudo de caso tem os seguintes propósitos: “explorar situações

da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” [...].

O autor Richardson (2008, p. 79, 80) apresenta aspectos sobre a pesquisa qualitativa que, na sua visão:

[...] justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. [...] as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente particulares. [...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo, possibilitar [...] o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. [...] As pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema.

A presente pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso.

3.2 Universo e amostra

Com relação ao universo da pesquisa, tem-se as bibliotecas de universidades federais brasileiras que devem responder às questões relativas à acessibilidade para atuação como agentes de inclusão de pessoas com deficiência e no caso deste estudo das pessoas com deficiência visual. A amostra considera, portanto, o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE, composto de 14 unidades de informação, sendo: uma (01) Biblioteca Central (BC), doze (12) bibliotecas setoriais e uma (01) Biblioteca do Colégio Aplicação (CAP).

As bibliotecas setoriais são: Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC), Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas (CCB), Biblioteca do Centro de Educação (CE), Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Biblioteca Reitor Edinaldo Bastos - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) e Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - NCV (CAA).

As duas (02) bibliotecas setoriais que estão em outras cidades são: Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e a Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Para complementar, a Coordenação do Núcleo de Acessibilidade e sua equipe apoiam a pesquisa.

3.3 Procedimentos metodológicos

Para o alcance dos resultados, inclui-se a realização de levantamento bibliográfico a fim de recolher material informativo sobre os temas da pesquisa de forma a embasar este TCC, e de um estudo de caso, para se aprofundar nos aspectos relativos à acessibilidade pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE (SIB/UFPE) englobando as unidades informacionais, assim como se torna necessário complementar com conhecimentos acerca de questões tratadas pelo Núcleo de Acessibilidade desta Universidade (NACE/UFPE).

Sobre o levantamento bibliográfico, buscou-se conhecer a legislação pertinente às pessoas com deficiência, de uma maneira geral, mas com o objetivo específico de nortear normativas que afirmam o direito das pessoas com deficiência à educação, mais especificamente ao ingresso nas instituições de ensino superior, verificando especificidades para a deficiência visual.

O levantamento bibliográfico sobre acessibilidade, em particular sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, pode ampliar o conhecimento sobre particularidades.

Os instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados foram: questionários aplicados junto aos Bibliotecários das Bibliotecas do SIB/UFPE e uma entrevista direcionada à Coordenadora do NACE/UFPE. Os instrumentos tiveram o intuito de analisar como as bibliotecas que compõe o SIB/UFPE podem atuar como agentes na inclusão de pessoas com deficiência visual e a compreensão do NACE/UFPE como área de apoio às ações de acessibilidade na Universidade.

Quanto à estrutura do questionário, desenvolveu-se o instrumento de coleta de dados da seguinte forma: composto por oito (8) questões, sendo seis (6) delas fechadas, com espaços para possibilitar comentários, e duas (2) questões abertas.

As seções distribuíram-se em: 1) Dados de identificação, 2) Política e estrutura, 3) Público-alvo, 4) Estrutura, 5) Acervo e tecnologias, 6) Serviços e produtos, 7) Equipe e 8) Biblioteca.

A aplicação do questionário se deu no universo das 14 Bibliotecas que compõe o SIB/UFPE, são elas: Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC), Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas (CCB), Biblioteca do Centro de Educação (CE), Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Biblioteca Reitor Edinaldo Bastos - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP), Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - NCV (CAA) mais a Biblioteca Central (BC) da qual as Bibliotecas Setoriais estão sob subordinação.

A realização da entrevista com a Coordenação do NACE, para complementar o estudo, possibilita conhecer as diretrizes desse Núcleo em relação à acessibilidade na UFPE, com foco para aquelas ações que se relacionam com o âmbito das bibliotecas do SIB. O roteiro da entrevista inclui treze (13) perguntas.

4 COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Serão apresentados a seguir os dados obtidos através da aplicação do questionário junto às bibliotecas que compõem o SIB/UFPE e da entrevista realizada com a coordenação do NACE.

Das quatorze bibliotecas do Sistema, obteve-se o retorno de onze bibliotecas, totalizando 78,57%. Citam-se as bibliotecas respondentes: Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC), Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas (CCB), Biblioteca do Centro de Educação (CE), Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Biblioteca do Centro de Ciências

Exatas e da Natureza (CCEN), Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Biblioteca Reitor Edinaldo Bastos - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP) e a Biblioteca Central (BC), doravante denominadas por letras para suprimir a identificação nas respostas.

Três bibliotecas não participaram da análise durante a coleta dos dados, pois as mesma não retornaram com suas respectivas respostas dentro prazo estipulado, foram elas: a Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), a Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Biblioteca do Núcleo de Ciências da Vida - NCV (CAA).

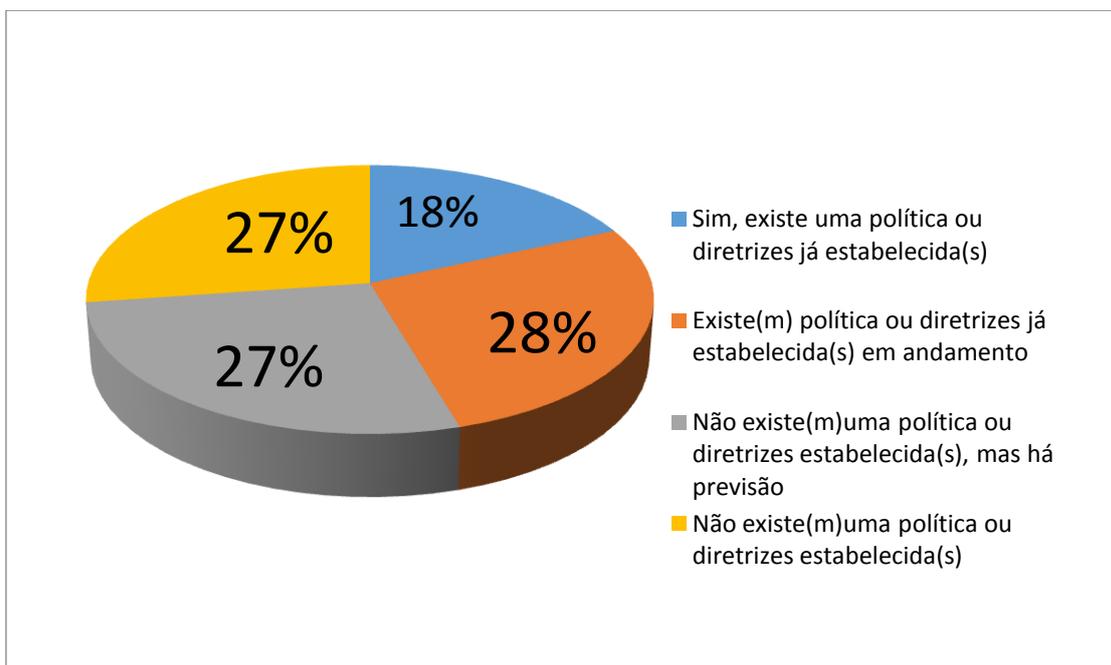
4.1 Questionário

1) Esta questão é referente aos dados de identificação da biblioteca e do profissional bibliotecário que estão mantidos em anonimato.

Sobre questões relativas à política e estrutura:

2) A Biblioteca possui políticas ou diretrizes voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência?

Gráfico 1 - Políticas ou diretrizes



Fonte: dados da pesquisa

Das onze (11) bibliotecas do estudo, dois (2) respondentes afirmam que há políticas ou diretrizes estabelecidas, são elas: a Biblioteca C e a Biblioteca J (18%). Esta última complementou que tal normativa está em conformidade com as orientações do NACE/UFPE.

As bibliotecas do D, L, M(27%) afirmam que as políticas estão em fase de elaboração. A bibliotecária da Setorial L adicionou aos comentários que essa normativa está em andamento, pois há um grupo de trabalho especializado na Biblioteca Central. As bibliotecas do A, G, H(27%) afirmam que ainda não existe uma política/diretriz estabelecida, mas que há previsão para sua elaboração. A bibliotecária do G complementou que, todavia há ausência de equipamentos adequados, livros em Braille, lupas, régua, Sistema NVDA, dentre outros.

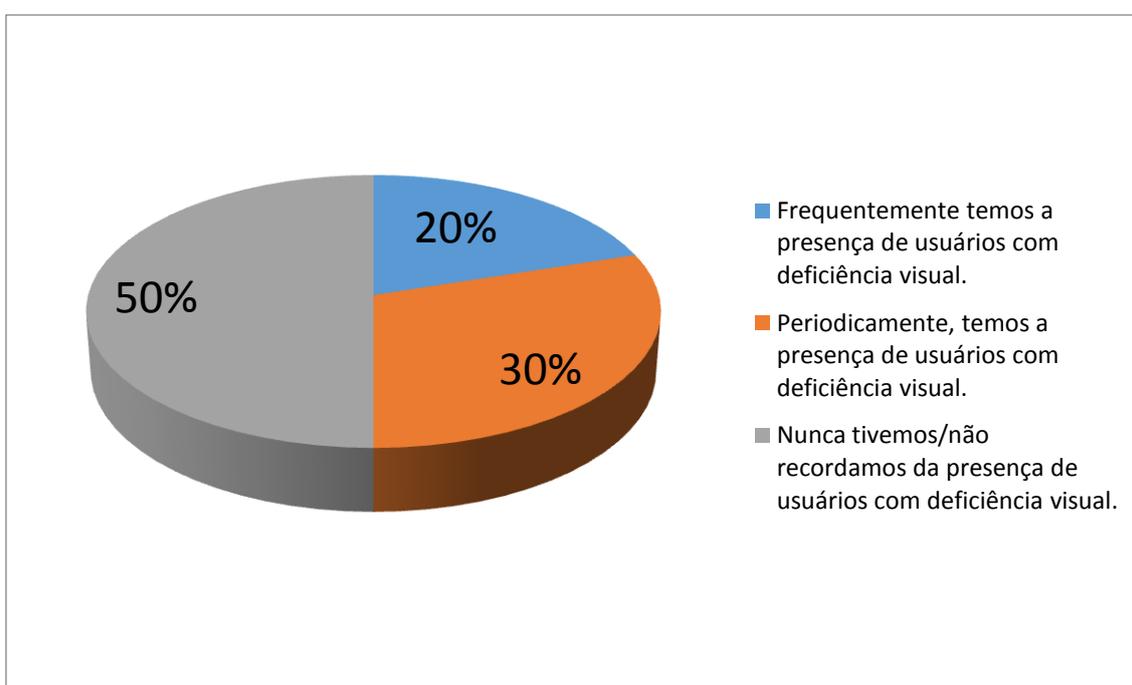
Por fim, as bibliotecas do B, F, I(27%) responderam que não existe uma política ou diretrizes estabelecidas. A bibliotecária da B reiterou nos comentários que a carência existe nesse sentido como também a falta de incentivo para implantar políticas de acessibilidade.

Em suma, entende-se que o SIB/UFPE já iniciou um movimento para estabelecer políticas e (ou) diretrizes em prol da acessibilidade. No entanto, ainda, não se encontram implementadas em todas as bibliotecas do Sistema.

Com respeito ao público-alvo, tem-se:

3) Sobre a presença de usuários com deficiência visual que frequentam a biblioteca, indique o que corresponde:

Gráfico 2 - Público-alvo



Fonte: dados da pesquisa

Neste tocante, apenas duas bibliotecas C e J (20%) afirmaram que há frequência de usuários com deficiência visual. Comparando com a pergunta anterior, estas foram as duas que também afirmaram já existir uma política/diretriz estabelecida para este tipo de atendimento especializado.

As bibliotecas do A, D e M (30%) confirmam que ocorre a presença de usuários com deficiência visual, periodicamente. A bibliotecária da unidade de informação A destacou nos comentários que a partir da implantação de serviços para esse público, a frequência tende a aumentar.

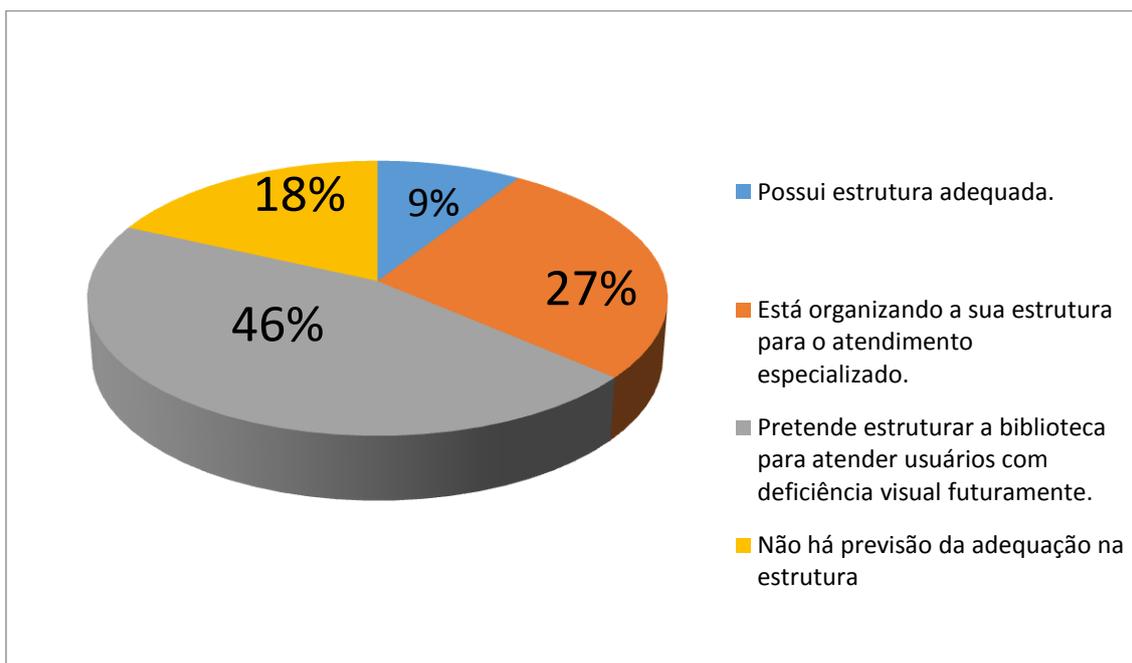
Já as setoriais B, F, H, I, L (50%) indicam que não ocorre a presença de usuários com deficiência visual nas referidas unidades. A bibliotecária da F afirmou que já atua há cerca de um ano na biblioteca e que já presenciou a necessidade de atendimentos especiais, mas não voltados às pessoas com deficiência visual. A bibliotecária da B fez a seguinte ressalva em seus comentários que mesmo sem existir a presença desse público, todas as bibliotecas devem se adequar para a acessibilidade.

Observa-se, portanto, que em metade das bibliotecas há presença de usuários com deficiência visual e na outra metade, não. Caberia outro tipo de estudo para verificar se nos Centros Acadêmicos - onde não ocorre o uso da biblioteca pertinente por pessoas com deficiência visual -, há estudantes que necessitam desse tipo de atendimento especializado.

Quanto à estrutura:

4) Sobre a adequação da estrutura física no tocante ao atendimento das pessoas com deficiência visual, a Biblioteca:

Gráfico 3 - Estrutura



Fonte: dados da pesquisa

A biblioteca J foi a única a declarar que **possui estrutura adequada** para atender estudantes com deficiência visual (9%). Quando solicitados a indicar a situação da estrutura existente, o(a) bibliotecário(a) informa apenas que as estantes estão com o layout de acordo com a NBR 9050. De tal modo, entende-se que há outros requisitos para implementar além desse item.

As bibliotecas A, C e D (27%) **estão organizando suas estruturas** para a acessibilidade. A biblioteca A respondeu que a unidade está organizando o atendimento especializado e os serviços, buscando estrutura adequada. Haverá sinalização em Braille e piso tátil, além de outros projetos para adequação física para meados de 2019. A setorial C está adequando sua estrutura a partir da disponibilização de salas acessíveis com 03 micros, teclados ampliados, scanner de

voz, lupa manual e lupa eletrônica. E a biblioteca D confirma que está organizando a sua estrutura para ofertar um atendimento especializado.

Os profissionais das bibliotecas B, G, H, L e M (46%) informam que **pretendem estruturar** as respectivas unidades para atender usuários com deficiência visual. No entanto, nos comentários, elas indicam que não há previsão da adequação da estrutura dessas bibliotecas, em virtude das questões financeiras. O(a) bibliotecário(a) da B explica que a biblioteca em particular, não possui sinalização horizontal, nem estantes sinalizadas em Braille e expõe a falta do incentivo financeiro e também de projetos ao nível macro; acrescenta, ainda, que “pretensão existe, porém falta apoio financeiro”. E o(a) profissional da biblioteca M respondeu que pretende estruturar a biblioteca para atender usuários com deficiência visual. A bibliotecária comenta que o NACE também atende as demandas das bibliotecas.

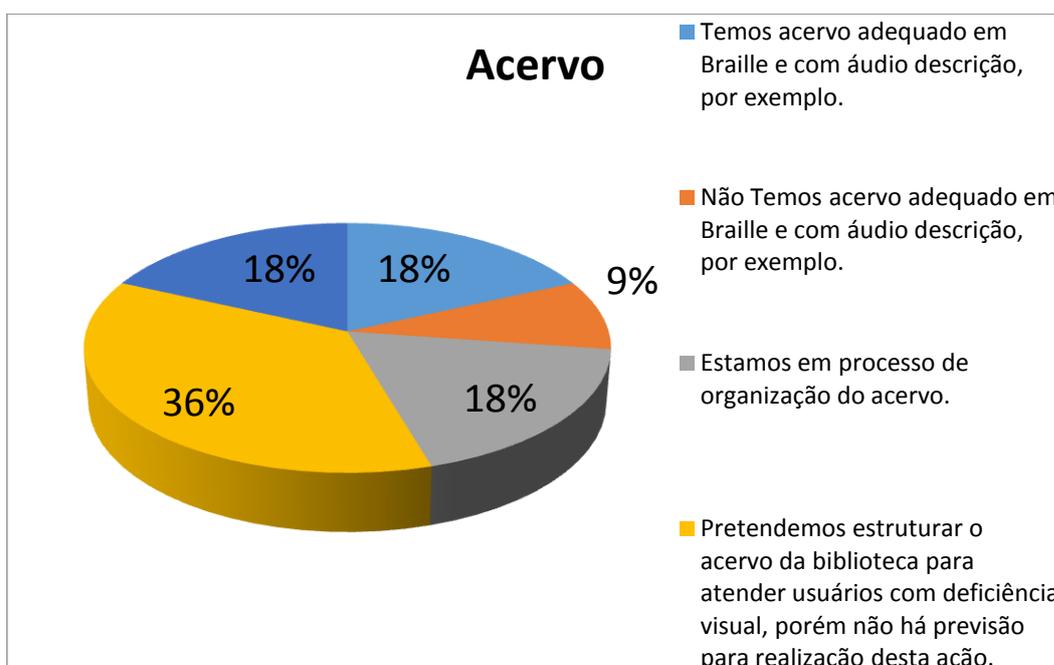
As setoriais F e I (18%) responderam que **não há previsão de adequação da estrutura**. A resposta da biblioteca F indica que não há público de pessoas com deficiência visual. E o (a) bibliotecário(a) do I complementou que “pessoalmente há preocupação com as questões de acessibilidade, mas que não há previsão institucional”.

Pode-se constatar que a situação atual e previsão de mudanças das bibliotecas se apresentam de maneira diversa, e a expectativa é favorável, visto que a maioria indica interesse na implementação. Apenas duas bibliotecas ainda não têm previsão para adequação da estrutura em prol das questões de acessibilidade, mas isso pode ser analisado em outro estudo.

Referente ao acervo e às tecnologias pode-se comentar o que segue:

5.1) A Biblioteca tem acervo capaz de atender as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual?

Gráfico 4 - Acervo



Fonte: dados da pesquisa

As bibliotecas que indicam possuir **acervo adequado** são a A e D (18%). A biblioteca A explica que já existe o serviço em operação de digitalização de documentos para impressão em Braille e áudio descrição. Ademais, complementa que brevemente será instalado o laboratório de acessibilidade, mas que há pendências devido à instalação física dos equipamentos e do mobiliário comprados. A unidade D respondeu que existe acervo adequado em Braille correspondente às áreas de literatura, alguns títulos de sociologia e filosofia, além disso, informa que possuem áudio descrição. A biblioteca C (9%) afirma **não possuir adequação do acervo**.

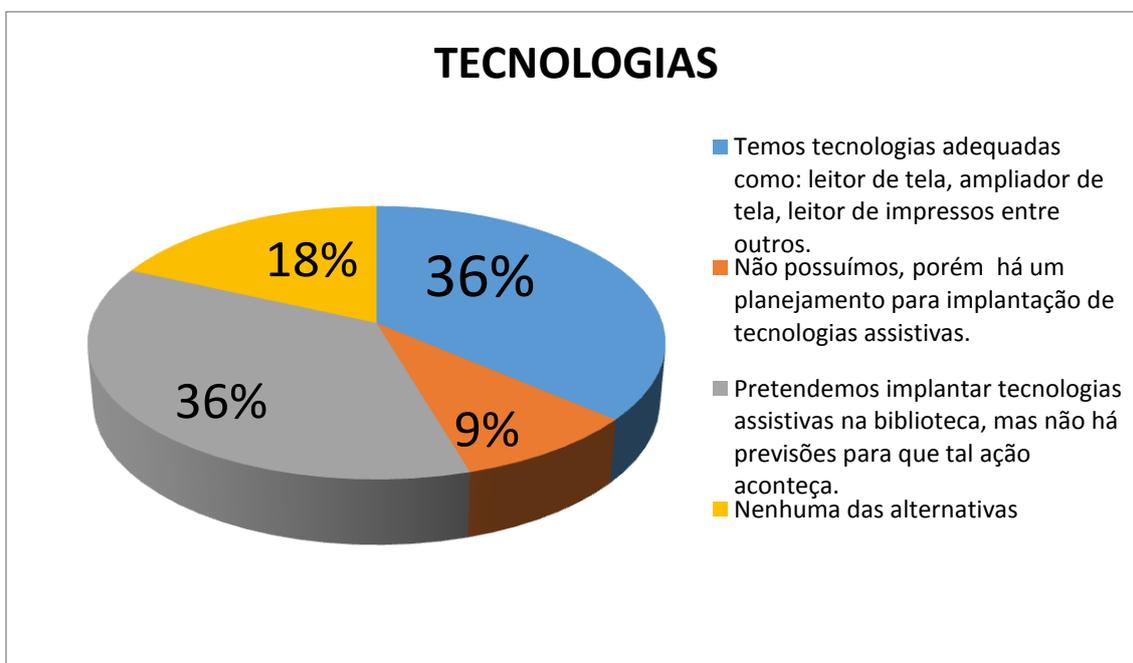
As setoriais B e J (18%) **estão em processo de organização**. A biblioteca B indica que poderão realizar parcerias com fundações que disponibilizam materiais específicos.

As setoriais do G, H, L e M (36%) confirmam que **pretendem estruturar seus acervos** para melhor realizar o atendimento às pessoas com deficiência visual. O(a) profissional da biblioteca M ressalta que “o NACE disponibiliza serviços de áudio descrição, impressão em Braille, etc.” e atende, assim, as possíveis demandas das bibliotecas que compõem o SIB.O(a) bibliotecário(a) fez um comentário adicional elogiando o apoio do NACE, visto que durante a semana da pessoa com deficiência, firmou-se parceria com o referido Núcleo para a exibição de filmes no intuito de promover a conscientização das pessoas videntes no tocante à deficiência visual.

As bibliotecas F e I (18%) indicam que **não pretendem estruturar** o acervo visto que não há demanda. O (a) profissional da unidade F comenta que talvez essa falta de demanda ocorra justamente pela falta de possibilidade de acesso ao acervo.

5.2) A Biblioteca tem tecnologias capazes de atender as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual?

Gráfico 5 - Tecnologias



Fonte: dados da pesquisa

Sobre as tecnologias existentes para suprir as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual as bibliotecas do A, C, D e J responderam positivamente, que possuíam as tecnologias adequadas

As Bibliotecas do B, G, I e M afirmam que pretendem implantar as tecnologias assistivas na biblioteca, mas não há previsões para que tal ação aconteça. Sobre os comentários acrescentados a bibliotecário(a) do B destaca que: “novamente há carência de investimentos e políticas institucionais de inclusão”, no M o(a) bibliotecário(a) novamente faz referência sobre as parcerias com o NACE e diz que alguns recursos e tecnologias assistivas são concedidas pelo Núcleo. O(a) bibliotecário(a) do G destaca a necessidade da presença destas tecnologias na unidade, dizendo que se faz necessário a aquisição de scanner de voz, softwares sintetizadores de voz, impressora Braille entre outros.

A Biblioteca do H afirma que não possui tecnologias, porém há um planejamento para implantação e também que pretende implantar, mas não previsões para que tal ação aconteça.

As Bibliotecas do I e L responderam de maneira negativa a todas as opções mostrando que não há tecnologias existentes para suprir as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual nas bibliotecas, que não há planejamento para implantação dessas tecnologias.

6) Questão de forma aberta:

Quanto aos serviços e produtos, a próxima questão solicitou que os respondentes citassem aqueles direcionados às pessoas com deficiência visual:

Quadro 1 – Serviços e produtos

BIBLIOTECAS	RESPOSTAS
M	Sem ser via NACE, nenhum.
L	Não dispomos, ainda.
J	Trabalhamos com escaneamentos de livro e entregamos em material digitalizado ou em áudio.
I	Não há serviços ou produtos voltados para essa inclusão.
H	Nenhum.
G	Não temos.
F	Por enquanto, não há.
D	Coleção de áudio books e acervo em braille. Temos à disposição lupa, impressora em braille e temos um computador com o software de leitor de voz.
C	Espaço equipado com micros com leitor de tela, scanner de voz, lupa manual e eletrônica, teclado ampliado.
B	Livros em Braille, áudio livro.
A	Digitalização de material bibliográfico para transcrição, áudio e impressão Braille.

Fonte: dados da pesquisa

Das onze bibliotecas, 5(45%) indicam algum tipo de produto ou serviço e 6 (54%) informam que não disponibilizam.

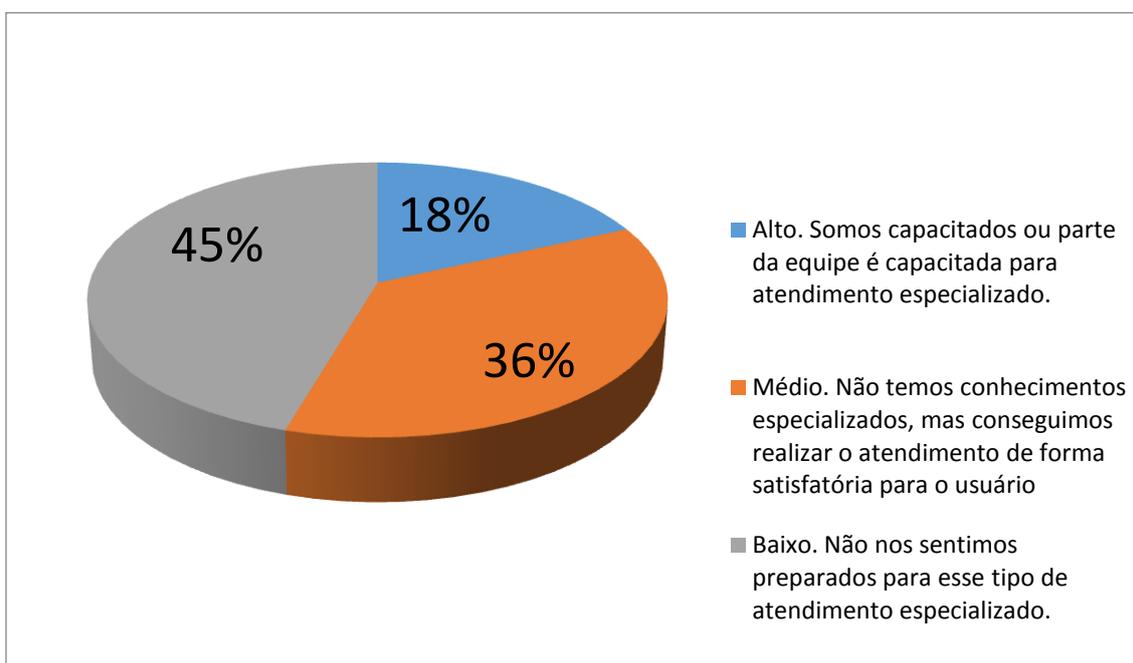
A biblioteca M cita novamente sua parceria com o NACE, nas questões voltadas à acessibilidade. As bibliotecas F, H, I, L indicam a ausência dos serviços e produtos ofertados para esse atendimento especializado. Das bibliotecas que

responderam de maneira positiva a maioria conta com algum tipo de tecnologia assistiva, mas ainda não disponibiliza variedade de recursos. Somente as bibliotecas C e D dispõem de mais opções.

Em relação à equipe, tem-se a seguinte situação:

7) Qual é o nível de preparo dos Bibliotecários voltados ao atendimento das pessoas com deficiência visual?

Gráfico 6 - Equipe



Fonte: dados da pesquisa

Apenas os profissionais das bibliotecas B e J(18%)consideram que estão altamente capacitados de alguma forma para o atendimento especializado. Nas bibliotecas A, C, D e M (36%) apontam o nível médio de conhecimentos especializados.

Pode-se perceber que na maioria delas, os bibliotecários não se sentem preparados para o tipo de atendimento especializado requerido, nas unidades F, G, H, I, e L(45%).

Com respeito à importância e à contribuição da biblioteca nessa área, tem-se que:

8.1) Qual é a importância, na sua opinião, da biblioteca como agente no processo de integração da pessoa com deficiência nas Universidades?

Esta pergunta também se deu de maneira aberta:

Quadro 2 – Importância das Bibliotecas

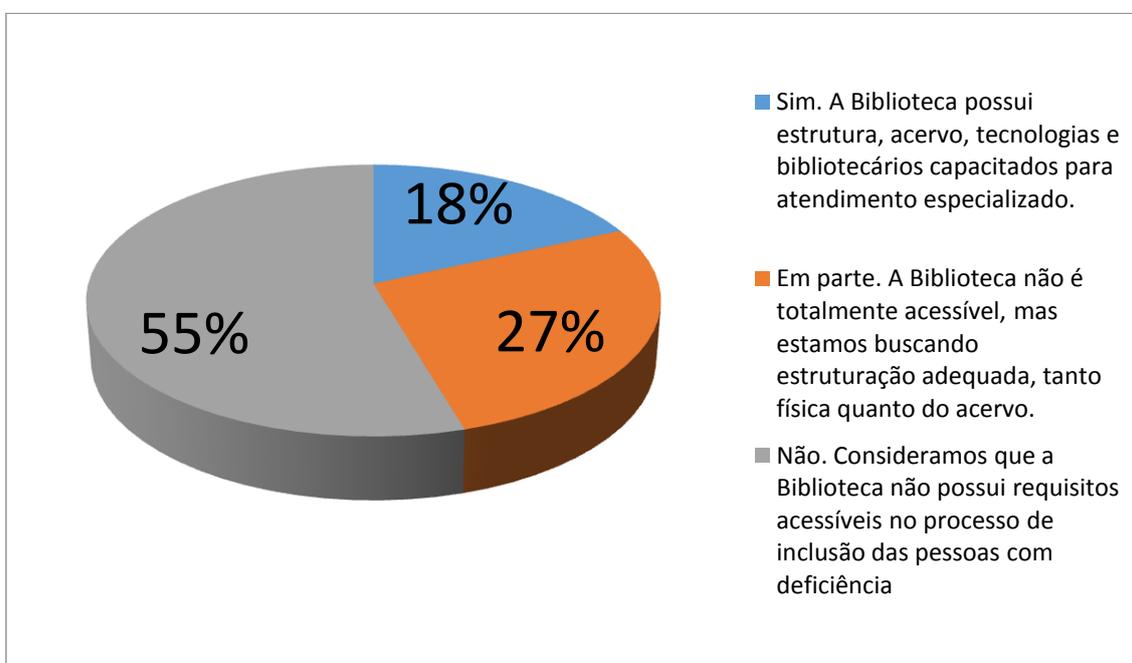
BIBLIOTECAS	RESPOSTAS
M	Desempenha um papel importante, porém ainda há muitas barreiras a serem enfrentadas como, por exemplo, a falta de equipamentos dentro das bibliotecas para que possamos atender a esse público de forma rápida e satisfatória.
L	A mesma que tem para as pessoas não portadoras de deficiência, entretanto, ainda precisamos adaptar praticamente tudo as suas necessidades.
J	-
I	A biblioteca possui função importante a medida que permite e media a satisfação das necessidades informacionais de forma proativa.
H	Importantíssimo. Fator de inclusão
G	Muito relevante e urgente.
F	A biblioteca é uma das principais mediadoras no acesso a informação no ambiente acadêmico, por isso é necessário que atenda a todos os públicos presentes nela
D	A biblioteca é um elo entre a pessoa com deficiência, por isso precisa disponibilizar as ferramentas necessárias para contribuir com sua permanência na Universidade.
C	A acessibilidade no ambiente das universidades é de grande valia para a integração e o acesso a novas oportunidades para as pessoas com necessidades especiais.
B	Importantíssimo, pois o acesso à informação, tem que ser democrática, inclusiva e acessível.
A	A Biblioteca é responsável pela integração/inclusão dos estudantes com material informacional.

Fonte: dados da pesquisa

Das onze bibliotecas, 10 (90%) indicam a relevância e 1 (9%) não respondeu à questão. Observa-se que, a maioria dos profissionais reconhece a importância da biblioteca como mediadora da informação aos usuários, e também como agente de inclusão das pessoas com deficiência. Alguns destacam, entretanto, que ainda faltam os recursos necessários para promover os processos de integração deste público nas bibliotecas.

8.2)Considera que a sua Biblioteca contribui para que esse tipo de inclusão aconteça?

Gráfico 7 - Biblioteca



Fonte: dados da pesquisa

Para conclusão do questionário, perguntou-se sobre a contribuição das bibliotecas para inclusão das pessoas com deficiência.

Notadamente, a maioria (55%) dos profissionais informa que não consideram que suas respectivas bibliotecas (B, F, G, I e L) detenham os requisitos necessários para o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

As bibliotecas A, C e M(27%) informam que a contribuição acontece em parte, mas procuram a adequação em todos os âmbitos. Apenas as bibliotecas B e J (18%) afirmam que estão preparadas para o atendimento.

4.2 Entrevista

Realizou-se uma visita com a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UFPE e posteriormente, foi aplicada uma entrevista, inclusive com a participação da equipe especializada do NACE.

Esse Sistema foi criado com o objetivo de “difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE”. Para tanto, o SIB vem investindo em sua qualificação com a implantação de sistemas de buscas, acervos eletrônicos e ampliação da sua bibliografia básica e complementar (UNIVERSIDADE, 2018c).

O que se pretende neste trabalho de conclusão de curso é estudar como o SIB/UFPE tem se estruturado para atender as questões de acessibilidade no tocante aos seus usuários para o apoio à educação universitária e o acesso à informação para a geração de conhecimento. Para tanto, a realização de um levantamento das perspectivas de atuação das bibliotecas do SIB/UFPE no tocante à acessibilidade e especialmente, quanto ao atendimento das demandas e retirada de barreiras para as pessoas com deficiência, com foco para a deficiência visual se fez necessário.

A realização da entrevista se deu em duas fases, a primeira, com o total de 8 perguntas respondidas via email pela Coordenadora do NACE e outras três perguntas foram respondidas de forma oral por uma das pedagogas que compõe a equipe especializada do NACE. As perguntas 11,12 e 13 não foram respondidas e ficarão fora da coleta para análise dos resultados e discussão.

1) Quais são as ações do NACE específicas para as pessoas com deficiência?

A coordenadora explica, antecipadamente, que boa parte das informações se encontra em folder institucional, distribuído pelo Núcleo, e passa a discorrer sobre o NACE.

O Núcleo de Acessibilidade (NACE) é uma unidade administrativa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criada em junho de 2014 e vinculada ao Gabinete do Reitor desde fevereiro de 2016 (Portaria Normativa no 04/2016).

A estrutura do NACE é constituída pelo Conselho Gestor, Coordenação Geral e Coordenações Setoriais, essas últimas referentes aos campi Recife, Agreste e Vitória. Vinculado a Coordenação Geral está o Setor Técnico Especializado, responsável pela oferta do Serviço de Tradução e Interpretação de Libras e do Atendimento em Acessibilidade Educacional.

Quanto às ações:

- Identificar e acompanhar os estudantes e servidores com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas da UFPE.*
- Fornecer orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e estudantes com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas para atender às necessidades das situações de ensino-aprendizagem.*
- Oferecer serviço de tradução e interpretação em Libras para tornar aulas, eventos e outras atividades acadêmicas e administrativas acessíveis à comunidade surda da UFPE e visitantes.*
- Promover a formação de recursos humanos em temas relacionados à acessibilidade e inclusão educacional, qualificando os servidores da UFPE, sobretudo nas bibliotecas e no Hospital das Clínicas.*
- Organizar ações e eventos sobre acessibilidade para informar e sensibilizar a comunidade universitária.*
- Efetivar parcerias com setores responsáveis pela produção de vídeos e outros produtos de comunicação, estimulando a promoção da acessibilidade através da inserção de legendas, janelas de Libras e áudio descrição.*
- Promover a remoção de barreiras arquitetônicas para o acesso de pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas aos espaços físicos da UFPE, conforme as normas técnicas vigentes, em parceria com os setores competentes.*
- Difundir o conhecimento sobre como pessoas com deficiência usam Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de forma a tornar essas atividades familiares à comunidade acadêmica da UFPE, favorecendo o trabalho com esse público.*

2) Especificamente, quais são as ações do NACE para as pessoas com deficiência visual?

Além das ações referidas na questão 1, o NACE realiza as seguintes ações específicas para as pessoas com deficiência visual: Transcrição de textos para o Sistema Braille de leitura e escrita, avaliação funcional da visão, treinamento em Orientação e Mobilidade.

3) Como é feito o planejamento das ações a serem realizadas em prol da acessibilidade na UFPE?

As ações são planejadas através dos Planos de Ações Anuais do Núcleo de Acessibilidade – NACE/UFPE, seguindo os eixos de atuação:

- Educacional/Pedagógico: Uso de teorias, métodos e técnicas educacionais / pedagógicas para favorecer a inclusão comunicacional:*
- Direito à informação por pessoas com deficiência e/ou outras necessidades específicas.*
- Atitudinal: Difusão do conhecimento sobre as deficiências e sensibilização da comunidade acadêmica.*
- Arquitetônico: Adequações e/ou construções na estrutura física da UFPE, tornando acessíveis os espaços da instituição. Tecnológico:*
- Estímulo à produção de conhecimento sobre tecnologias assistivas para o desenvolvimento de produtos e serviços.*

4) Existe algum planejamento de programas e projetos de acordo com as especificidades de cada tipo de deficiência? E em específico, com respeito à deficiência visual?

Na UFPE há atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvem temas relativos as pessoas com deficiência, a exemplo de disciplinas (fundamentos da educação inclusiva, libras – no Centro de Educação; Acessibilidade, na Arquitetura e Urbanismo/Centro de Artes e Comunicação, entre outras); projetos de extensão (Projeto Autismo Comunica, do Departamento de Fonoaudiologia/Centro de Ciências da Saúde; Laboratório de Educação Musical Especial e Inclusiva – LEMEI, da Música/Centro de Artes e Comunicação; Curso sobre o Sistema Braille de leitura e escrita, do Centro de Educação, entre outros); projetos de Pesquisa (dissertação de Erilze Brito, sobre acessibilidade para estudantes com deficiência visual em Bibliotecas da UFPE, recém defendida - setembro de 2018; dissertação de Ana

Tereza de Assis Santos- Acessibilidade Física na UFPE: mapeamento, diagnóstico e recomendações, Mestrado Curso de Design/UFPE, 2017 e outros).

5) O NACE possui diretrizes e(ou) políticas direcionadas às pessoas com deficiência? Se sim, seria possível a obtenção desses documentos para o presente estudo?

A UFPE ainda não elaborou documento específico referente a políticas de acessibilidade para a instituição.

6) O NACE possui estatísticas relativas aos estudantes e servidores com deficiência na UFPE? Quais seriam? E em particular, com deficiência visual?

Sim.

(Foi disponibilizado pela equipe especializada do NACE a tabela mais recente com estatísticas relativas aos estudantes e servidores com deficiência na UFPE, fornecida pelo Núcleo de Tecnologia e Informática (NTI) com dados os extraídos do SIGA, no dia 28 de Junho de 2018).

A tabela informa que no total, há presença de 308 estudantes e servidores que identificam possuir algum tipo de deficiência. As referidas são: altas habilidades/superdotação, síndrome de Asperger, visão subnormal ou baixa visão, cegueira, autismo infantil, deficiência física, deficiência auditiva, surdez e deficiência intelectual.

*A tabela estabelece o quantitativo por tipo de deficiência, sobre as pessoas com deficiência visual, com as seguintes estimativas: **visão subnormal ou baixa visão** cinquenta e nove (59) pessoas (19%), **cegueira** cinco (5) pessoas (1,62%), alguns declarantes identificam-se com deficiências conjuntas: **cegueira, visão subnormal ou baixa visão** duas (2) pessoas (0,64), **altas habilidades ou superdotação, visão subnormal ou baixa visão** uma (1) pessoa (0,64%), **deficiência física, visão subnormal ou baixa visão** uma (1) pessoa (0,64%), **deficiência intelectual, visão subnormal ou baixa visão** uma (1) pessoas (0,64%).*

Por campus, em números gerais de pessoas com deficiência, são representados: Recife duzentos e sessenta e três 263 (85%), Agreste trinta e dois 32 (10%), Vitória treze 13 (4%).

Em relação ao quantitativo geral por centros, tem-se: CAA, trinta e dois 32 (10%),CAC setenta e quatro 74 (24%) CAV treze 13(4%) CB quatorze 14 (4%)CCEN nove 9 (2%) CCJ dezoito 18 (5%) CCS trinta e três 33 (10%) CCSA trinta e nove 39 (12%) CE quatro 4 (1,2) CFCH trinta 30 (9%) CIN quinze 15 (4,5%)e o CTG vinte e seta 27 (8%).

7) Quais são as ações do NACE pertinentes ao ensino e à aprendizagem na UFPE para as pessoas com deficiência? E em particular, para as pessoas com deficiência visual?

(Esta resposta foi realizada pela Equipe especializada por solicitação da coordenadora do NACE, tendo esta feito o detalhamento).

De modo geral o que fazemos, é identificar qual é a deficiência do estudante através de demanda espontânea, porque ele tem que ir buscar o setor do Núcleo especializado e dizer que está precisando de acompanhamento, ou de algum material adaptado, e deve trazer um laudo. Após a triagem e avaliação, é verificada a deficiência, e preparamos o memorando [que deve ser] encaminhado às coordenações, para que as mesmas enviem o[referido]memorando também para seus professores, porque é necessário que o estudante tenha algumas adaptações em sala de aula. Quais são essas adaptações? Antecipação de matéria, ou seja tudo o que o professor for trabalhar de textos, slides, [etc.,i.e.], que ele antecipe esse material para o estudante, para que ele possa chegar na aula já com esse material, [e assim, possa ter] a oportunidade de estudar antes[da aula com]esse material e[conseguir] acompanhar tudo Além da adaptação do material com antecedência tem a adaptação na própria aula, especificamente, no caso de deficiência visual, se for cegueira existente há um programa de voz que o estudante pode ouvir o áudio dos textos e dos livros, para que ele possa aprender qual foi o texto e acompanhar a turma [...] Se ele for cego realmente ele vai poder ouvir ali tudo o que o professor vai estar explicando oralmente, porém se tiver algum material que precise ser transcrito para o Braille, tem a Brailista daqui que é a Eloisa. Ela trabalha no Centro de Estudos Inclusivos (CEI) dentro do CE. Ela faz essa conversão, vamos dizer assim, há um texto, um exercício, uma planilha, uma tabela, um gráfico e esse estudante precisa ter acesso, então ela transforma esses recursos, [ou seja,], ela converte para o Braille. Se o estudante for de baixa visão, as adaptações ocorrem com a ajuda do professor que vai ampliar a letra do quadro de preferência, escrever em letra bastão, aquela letra de forma, [aumentar o tamanho] da fonte dos slides, tem que estar ampliada, para que [o estudante possa] ter essa noção que do está sendo passado no quadro ou nos slides. Caso ele não use o slide no momento, ele antecipa porque poderá fazer a ampliação em casa, assim ele permite que o estudante possa tirar foto. Esses acordos, em sala de aula, tem que ser em comum com o professor, principalmente a questão da gravação da aula. A gente sugere, mas só se o

professor concordar, porque ele tem essa autonomia de querer ou não que aula seja gravada, geralmente eles concordam com foto, foto do quadro, foto de slide. No NACE, o estudante pode conseguir empréstimo de material para aula, ou seja, lupa eletrônica que amplia as imagens [e então], pode ler o texto na hora se o professor não antecipar o material. Pretendemos, porque ainda não conseguimos, montar o laboratório. Estamos organizando um espaço para que nesse laboratório, tanto os estudantes de baixa visão, quanto os alunos com cegueira possam ter recursos que o auxiliem na digitalização dos textos dos livros. As bibliotecas, muitas já estão se adaptando, mas existe muito material que é disponibilizado na Xerox, por exemplo, que não está nas bibliotecas. Se ele disponibiliza isso para o estudante no laboratório, a gente consegue converter para o Braille ou para o sistema de voz, então o estudante vai poder estudar autonomamente porque a [nossa] intenção é que ele se desenvolva com autonomia. Há casos em que estudante solicita um bolsista que o acompanha, pois precisa de um leitor, uma pessoa que leia os textos para ele, às vezes dependendo da dinâmica da aula, [se for] muito rápida, então ele não consegue acompanhar. Nesse caso, o leitor faz o papel, principalmente, [de mediador] se for baixa visão ou também para quem tem deficiência física, para quem tem alguma dificuldade na escrita tem a disponibilidade do bolsista, que o acompanha. Chamamos de leitor ou transcritor porque ele vai ler para o estudante ou ele vai escrever para o estudante, tanto o conteúdo que o professor passa, como [também] se estudante estiver fazendo alguma prova, alguma avaliação, algum teste, algum trabalho. Ele transcreve o que o estudante fala e às vezes ele precisa de um tempo maior para ser compreendido. Quando estudante tem alguma dificuldade de fala, então o transcritor vai escrever e depois passa para o professor.

8) Como o NACE garante a acessibilidade para a permanência dos estudantes com deficiência no geral? E em particular, com deficiência visual?

(Esta resposta foi realizada pela equipe especializada por solicitação da Coordenadora do NACE).

Nós não garantimos. Não conseguimos garantir porque tem que ser uma parceria, sugerimos as adaptações e os professores também. Vamos dizer assim, eles tem que se adaptar à nova realidade, seria muito [bom] se de fato conseguíssemos garantir, mas existem algumas barreiras que impedem esse estudante de avançar. Às vezes, ele se cansa de solicitar, os professores esquecem das adaptações em sala como, ampliar as letras, esquece de disponibilizar o material antecipadamente.

Deixamos em aberto para que eles nos procure (professores), principalmente em relação à conversão em Braille, mas são poucos os que buscam a Brailista. Geralmente, são os estudantes que vem até nós como material para que façamos essa conversão. Nós nos colocamos à disposição do professor para que ele não se sinta sozinho nessa empreitada, porque ele recebe o estudante com aquela deficiência, não tem experiência com a questão da inclusão, então ele não sabe

como adaptar o material. Tem estudantes que não admitem, não querem ter esse diálogo com o professor, ou por vergonha, ou por que estão se adaptando com sua condição. Muitos não são [por questões] congênitas, então eles adquiriram a deficiência depois, então existem vários fatores que atrapalham. Mas, nós do NACE nos colocamos à disposição para que eles também nos procurem para qualquer dúvida ou para qualquer adaptação. Nós estamos abertos aqui para recebê-los, em maioria, nosso público são os estudantes, a partir deles, da demanda deles é que sabemos o que sugerir, que tipo de adaptação vamos propor, então esperamos que isso de fato faça com que eles permaneçam e avancem nos estudos até as suas[graduações]. Mas, não é uma garantia, temos até casos de estudantes que já vieram até nós, do NACE, mas pela dificuldade de certas adaptações, principalmente as estruturais, físicas, por conta dessas [barreiras], muitos desistem, trancam ou se cansam, infelizmente tem esses entraves. Nós não conseguimos garantir, mas buscamos sim, sensibilizar toda a comunidade acadêmica para que ela se ajuste a essa nova realidade, pois não é o estudante que vai ter que se adaptar à instituição, ao curso, somos nós que temos que nos adaptar a esses estudantes. E outra coisa que é bom deixar claro, [é que] nós explicamos muito a alguns professores, a gente não quer que eles minimizem o conhecimento para esses estudantes, pois já que eles estão se formando e escolheram seus cursos eles precisam ter a mesma formação que os outros. O que queremos é que eles se ajustem aos estudantes e que estes não fique sempre abaixo da turma. Queremos essa igualdade, queremos que deem as condições, não queremos que o professor passe a mão na cabeça do estudante, diminua o nível de exigência para esse estudante pois ele precisa ter essa formação, ele vai ser cobrado por essa formação, então precisamos nos adaptar para que ele saia bem formado na condição que ele se encontra.

9) O NACE possui programas de formação para os profissionais (docentes e servidores) da UFPE? Se sim, favor informar quais são.

Ações de formação têm sido realizadas junto aos servidores (docentes e técnicos administrativos) a exemplo dos circuitos de sensibilização realizados junto a sete dos doze centros acadêmicos da UFPE. Um Plano de formação para 2019 se encontra em fase de elaboração.

10) Quais são as parcerias realizadas pelo NACE dentro da Universidade voltadas a acessibilidade?

Conforme colocamos na parte inicial deste documento, o NACE atua em parceria com os diversos setores da Universidade para promover a acessibilidade e inclusão

educacional de pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

11) Existe algum projeto para os Bibliotecários formulado pelo NACE para formação desses profissionais?

Em 13 de setembro de 2017 foi instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da UFPE, através da Portaria n. 4.115, do Gabinete do Reitor. Composta por 14 membros, com representação - NACE (2), Biblioteca Central (2), Setoriais: CE (2), CCS, CTG, CCSA, CFCH, CAC e CAA; Centro de Estudos Inclusivos (CEI/CE) e estudante com deficiência visual. Recompоста através da Portaria n. 3.327, de 20 de agosto de 2018. Objetivo: Promoção do acesso à informação – Atendimento aos usuários com deficiência nas Bibliotecas da UFPE.

12) Quais são as ações/parcerias do NACE pertinentes às Bibliotecas para as pessoas com deficiência? E em particular, para as pessoas com deficiência visual?

Trabalhos realizados: a) Curso básico de libras para servidores e bolsistas das bibliotecas da UFPE (20h/a) – setembro/outubro 2017; •Biblioteca do Centro de Educação (CE) /Parceria NACE - Sensibilização corpo técnico bibliotecas (CCEN, CFCH, BC, CB e CAC) - ocorrida no mês setembro de 2017; Sensibilização corpo técnico Biblioteca CCJ - ocorrida em 2018. Criação de serviços - Digitalização de livros para estudantes com deficiência visual. A longo prazo - criação de acervo digital e acervo em Libras.

13) Como o NACE estimula a criação e o fortalecimento da cultura inclusiva na UFPE?

O estímulo à criação e fortalecimento de cultura inclusiva na UFPE tem se dado no âmbito da dimensão da acessibilidade atitudinal, através da qual ocorre a difusão do conhecimento sobre as deficiências e sensibilização da comunidade acadêmica. Nesse sentido, o NACE tem organizado ações e eventos sobre acessibilidade para informar e sensibilizar a comunidade universitária. A exemplo do I Encontro sobre Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias, ocorrido em 07 e 08 de março de 2018; da Semana da Pessoa com Deficiência - SEPEDE, ocorrida de 20 a 24 de agosto de 2018; dos circuitos de sensibilização em acessibilidade ofertados junto a seis Centros Acadêmicos da UFPE destinados a formação continuada de docentes acerca do tema 'como interagir com estudantes com deficiência em sala de aula', ocorridos de 06 de agosto a 25 de outubro de 2018; e outros eventos.

- Criação de cultura inclusiva na UFPE

- *Difusão do conhecimento sobre as deficiências e sensibilização da comunidade acadêmica (criação de oportunidades para se colocar no lugar do outro - empatia), levando a quebra de preconceitos, respeito as diferenças e formação de atitudes positivas no tocante a pessoas com deficiência*
- *Estímulo a reflexão sobre a educação e profissionalização de estudantes com deficiência e sobre a necessidade de preparação dos estudantes da UFPE para um mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência*

Outras ações: Produção de três vídeos sobre pessoas com deficiência que fazem parte da comunidade acadêmica da UFPE (duas estudantes com deficiência visual, sendo uma cega e uma com baixa visão; e um docente surdo).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema bastante relevante e necessário visto que o processo de inserção e integração das minorias se faz ainda mais requerido. A participação da sociedade, por meio de organizações do Terceiro Setor como Organização Não Governamental (ONG) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Associações voltadas para as Pessoas com Deficiência Visual, dentre outras instituições vem atuando ao longo dos anos, principalmente buscando o crescimento de ações para o benefício desses grupos que se vêm à margem e que necessitam da garantia de direitos para oportunidades na educação para atuação no mercado de trabalho, e nas demais questões relativas à mobilidade para o convívio e a participação na sociedade, dentre outras questões pertinentes.

Durante todo o processo de pesquisa bibliográfica desse estudo foi possível observar que há uma grande quantidade de normativas que abrangem a área do direito das pessoas com deficiência destacando e garantindo a importância desse processo de inclusão, mas ainda há lacunas para serem trabalhadas, principalmente em relação às pessoas com deficiência visual, no país. Também há uma grande quantidade de estudos acadêmicos que se direcionam para a temática da acessibilidade, inclusive nos âmbitos das Instituições de Ensino Superior. No entanto, observa-se que há necessidade da aplicabilidade das leis e de todos os estudos.

Após a coleta e leitura de todo levantamento bibliográfico que serviu de base para construção do referencial teórico, observa-se que de certa forma há uma formalização da necessidade do processo de inclusão das pessoas com deficiência pelas entidades legislativas do país, mas a distância para a aplicação das leis, no Brasil, ainda é grande. Assim como, há ausência do acompanhamento das ações, faltam incentivos e sensibilização nas instituições públicas que tem a exigência de ampliar o acesso de oportunidades e de recursos para todos, inclusive nas universidades.

As Universidades Federais tem papel relevante na formação das PDC e PDV para o acesso ao ensino e à informação para a geração de conhecimento e realização de curso de nível superior e de pós-graduação que possibilitam mais oportunidades de crescimento profissional e pessoal. Para isso, as IES devem viabilizar as condições para essas pessoas e o NACE é a área criada para dar apoio nesse sentido.

No caso da Universidade Federal de Pernambuco, considerando o SIB e o NACE, pode-se dizer que já existe uma conscientização e preocupações em relação à necessidade de atender as demandas das pessoas com deficiência visual, porém a problemática se encontra no tocante ao processo como um todo. Faltam, ainda, políticas, programas que contemplem toda a Universidade, incluindo as bibliotecas e os cursos. Há falta de sensibilização e de capacitação dos servidores, em geral, incluindo os docentes que precisam atender às demandas dos estudantes de acordo com as particularidades de cada deficiência. Faltam recursos e investimentos para executar as ações de modo que os processos de inclusão aconteçam. Quando comparados os aspectos teóricos com os práticos, percebe-se o quanto ainda falta para a concretização dessas ações.

Com as análises da pesquisa, tem-se as bibliotecas podem atuar como agentes na inclusão das pessoas com deficiência visual, e para tanto se requer a realização de uma série de atividades pertinentes para demover as barreiras físicas, atitudinais e outras, como: prover infraestrutura física dos ambientes, disponibilizar equipamentos, tecnologias assistivas e recursos informacionais apropriados para atendimento adequado, ou seja, são requeridas modificações e adaptações de

maneira efetiva para atender as diretrizes traçadas pelo NACE como visto por meio do levantamento de informações obtidas.

Percebe-se que das 78,57% das bibliotecas que participaram da pesquisa 18% se destacaram por estarem em níveis mais avançados de adequação, e as mesmas foram as únicas que afirmaram possuir políticas ou diretrizes para o atendimento especializado, o que de certo modo evidencia que a falta de diretrizes para o Sistema como um todo, causa as diferenças na oferta do mesmo padrão de serviço, incluindo produtos adequados para que esse atendimento especializado (que ainda está em fase de desenvolvimento na maioria das unidades) possa ser realizado de forma qualificada, eficaz e efetiva.

Outras duas bibliotecas destacam-se por estarem em passos menos avançados na adequação de suas unidades, as mesmas foram às únicas que responderam não terem previsão para adequação da infraestrutura para a acessibilidade, assim também como a implantação de acervo e tecnologias e a ausência dos serviços e produtos ofertados para esse atendimento especializado.

As demais bibliotecas vêm desempenhando, parcialmente e na medida do possível, seu papel de agente na inclusão, com a oferta de poucos produtos e serviços específicos para esse público, adaptando lentamente os espaços físicos, disponibilizando material em Braille sob demanda, implantando tecnologias assistivas.

No tocante ao uso das tecnologias assistivas, por exemplo, vários autores na literatura reforçam que elas podem fazer grande diferença na vida das pessoas com deficiências visuais, melhorando as oportunidades educacionais e de emprego, melhorando a vida social e facilitando a autonomia delas. Muitos serviços das bibliotecas e da internet apresentam pouca acessibilidade, pois os mecanismos ainda são inacessíveis, causando barreira para o acesso e o uso. Portanto, identificam-se áreas que podem ser desenvolvidas como: serviços acessíveis nas bibliotecas e na internet, com os recursos apropriados; materiais de aprendizagem acessíveis e interativos; dispositivos web móveis acessíveis; dentre outras possibilidades.

Apesar da maioria dos bibliotecários terem a consciência da importância da biblioteca como mediadoras nesse processo de inclusão 55% dos profissionais informam que não consideram que suas respectivas bibliotecas detenham os requisitos necessários para o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Reforça-se, assim, a necessidade de construção/adaptação das bibliotecas universitárias da UFPE de forma inclusiva, para que elas possam dar suporte aos estudantes, ofereçam recursos para integração, e principalmente, desenvolvam atividades para propiciar a autonomia desses indivíduos. De tal maneira, as bibliotecas se tornam capazes para contribuir durante todo processo acadêmico oferecendo estrutura e material informacional adequado para as pessoas com deficiência visual. Conseqüentemente, tais unidades de informação cooperam em a formação profissional. Aponta-se para a necessidade de estabelecer ações colaborativas no SIB e iniciativas conjuntas com outros setores que fazem parte da instituição.

Pode-se dizer que as bibliotecas universitárias não apenas podem contribuir como agentes do processo de inclusão de pessoas com deficiência visual, como devem buscar o máximo de sua potencialidade para assumir seu papel agregador na instituição. Das bibliotecas que participaram da pesquisa, 27% ressaltam em algumas respostas, parcerias com o Núcleo de acessibilidade destacando o fato de que o NACE tem grande importância no desenvolvimento das ações inclusivas de uma maneira geral na comunidade acadêmica.

Em uma breve contextualização sobre o Núcleo, a Coordenadora destacou que seus eixos de atuação dentro da Universidade são de abordagem educacional, comunicacional, atitudinal e tecnológico, ou seja, são as principais vertentes que deve ser desenvolvidas para a efetividade dos processos em prol da acessibilidade na instituição. Portanto, desenvolver métodos e técnicas educacionais e pedagógicas, propiciar o direito à informação, sensibilizar a comunidade acadêmica, adequar a estrutura física da UFPE e produzir tecnologias assistivas são as questões essenciais.

Em especial, quanto à necessidade de sensibilização de toda a comunidade acadêmica para que ela se ajuste às pessoas com deficiência visual, a pedagoga

que compõe a equipe especializada do Núcleo reforçou essa questão, pois não se trata dos estudantes terem que se adaptar à UFPE, mas nós é que devemos que nos adaptar a eles.

A especialista comenta que os materiais didáticos e o acesso à informação devem ser priorizados e destaca a necessidade de prover os recursos, bem como a igualdade, mediante condições apropriadas para as aulas com as ferramentas requeridas, de maneira que as pessoas com deficiência visual possam participar sob o mesmo nível de exigência de formação sem distinção. Ademais, foi citado que os estudantes requerem as adaptações e os atendimentos e que muitas vezes desistem da formação universitária devido às barreiras que encontram. Portanto, o que se deve instituir são ações proativas para que se evite inclusive a evasão.

Esses eixos apresentados também são de extrema importância para a base da criação de uma política institucional e de diretrizes por parte do SIB. Infelizmente não se obteve a resposta da Coordenação do NACE em relação às parecerias com as bibliotecas, mas seria de total magnitude que o NACE e o SIB desenvolvessem atividades conjuntas em todas as unidades, preparando-as para o acolhimento de todos, mesmo antes de haver uma demanda específica para tal procedimento.

De tal modo, entende-se que a área da Acessibilidade deve ser um compromisso da UFPE, como um todo, incluindo a alta gestão na representação da Reitoria e Pró-Reitorias, os Centros Acadêmicos, o SIB, a Prefeitura e demais setores em conjunto com o NACE. A Acessibilidade para todos deve ser desenvolvida por todos nas instituições. Assim, percebe-se que a construção para uma comunidade acadêmica inclusiva em todos os âmbitos, depende da contribuição de todos. As ações devem vir desde os setores administrativos até a colaboração de toda a comunidade que dela faz parte. Professores, estudantes, técnicos, servidores, todos são responsáveis por contribuir para essa integração educativa e social.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Maria José. *Projecto para um Modelo de Atendimento às Necessidades Educativas Especiais dos Alunos Deficientes Visuais da Região Centro-* (monografia). Portugal, Nov.,1995.

ANDRADE, Suélen; LUCAS, Elaine Rosangela Oliveira; NASCIMENTO, Maria de Jesus. *Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em biblioteconomia e ciência da informação*. João Pessoa: Biblionline, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Correntes teóricas da ciência da informação*. Brasília: Ciência da Informação, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009.

ASSISTIVE *Technology for Visually Impaired and Blind People*. Marion Hersh e Michael Johnson (Eds.) Londres:Springer-Verlag, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro. 2004.

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS. *Sistema Braille*. São Paulo, 2018[on-line]. Disponível em: <http://www.adeva.org.br/braille.php>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.292 P. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .Acesso em: 02 junho 2018.

BRASIL. *Decreto 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF,02 Dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso 12 de dez.2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF,19 de Jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.611*, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF,17 de Nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.724*,de 16 de Maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no

inciso XXXIII do caput do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de Mai. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 7.853*, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art4iii. Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Lei 13.146*, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. *Documento orientador programa incluir*. Acessibilidade na educação superior. SECADI/SESu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial* : livro 1. Brasília : SEESP, 1994.

BUENO, G. A. *Orientação e mobilidade na habilitação de deficientes visuais*. Rev.Fac. Educação, v. 18, n. 2, p. 205-215, jul./dez. 1992.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. O Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP: Autores Associados: PUC. 2003. Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt/txtalunodeficientevisualescola.htm#autora>

CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 5a ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos->

CRUZ-RIASCOS, S. *Acessibilidade para a educação e a informação de pessoas com deficiência visual*, 2018, no prelo.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 26 nov. 2018.

DIAS, C. *Usabilidade na Web: Criando Portais Mais Acessíveis*. Rio de Janeiro: Altabooks, 2007. 296p.

FAQUETI, Marouva Fallgatter et. al. Sistemas de bibliotecas: uma análise a partir de seus regimentos. Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas, SP v.15 n.3 p.715-

735 set./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/viewFile/8646300/pdf>

FERNANDES, Dirce MissaeSuzuki ; AGUIAR, Izabel Maria de . *O Deficiente Visual e a Biblioteca Central da Uel: relato de experiência*. [200?]. 20 f. Artigo (Universidade Estadual de Londrina)- Biblioteca Central - Divisão de Circulação , Londrina, PR, [200?]. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t061.doc>>. Acesso em: 19 maio 2018.

FERNANDES, Joana D'arc; SOUZA, Osvaldo de. Considerações sobre a acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira. *Revista ciencias de La documentación*, v.4, n.3, p. 8-27, Julio/setembro, 2018.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. *Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. Perspectivas em Ciência da Informação*. Goiás, v. 17, n. 1, p. 153-168, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n1/a09v17n1.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018.

FUJINO, Asa. *Acessibilidade Informacional de PcD No Contexto da Lei de Acesso à Informação: desafios para estudo de usuários*. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 237- 257, out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GIL, Marta (Coord.). *Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

HAZARD, Damien; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; REZENDE, André Luiz Andrade. *Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de tele centros*. Brasília: UNESCO, 2007. 73 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001600/160012por.pdf>>. Acessoem: 31 mar. 2018.

HERSH, Marion. Designing accessible infrastructures for education and mobility of blind, partially sighted and deafblind. IN: *Designing accessible infrastructures for education & mobility of blind people*. Florianópolis, Universidade do Vale do Itajaí, 2018.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; CRUZ-RIASCOS, Sonia Aguiar. *Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais eletrônicos... Londrina: Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL), 2018. Disponível em:<<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1646/1839>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

IFLA. Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação. Conselho Diretivo da IFLA, agosto 2012 . Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>. Acesso em 26 mai.2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2015*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 26 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/INEP-Censo-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-Andifes-16042017.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 20 maio 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA : *direitos básicos*: educação. Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/direitos-basicos-educacao.asp?t>. Acesso em: 05 maio 2018.

MELO, Amanda Meincke. *Acessibilidade e design universal*. In: PUPO, Deise Tallarico et al. (Org.). *Acessibilidade Discurso e Prática no Cotidiano das Bibliotecas*. Campina, SP: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2006. cap. 3, p. 18. Disponível em: http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf.1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Acesso do portador de necessidade especial. Tecnologia, Informação e Inclusão*, Brasil, v. 2, n. 1, p. 1-4, jan. 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158524por.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. *Acessibilidade à informação*: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. *Ci. Inf*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 64-79, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a05.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018

PEREIRA, Josenilde Oliveira. *O processo de inclusão da pessoa com deficiência na Universidade*. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, VII., 2015, Cidade Universitária da UFMA. São Luis, MA: [s.n.], 2015. p. 1-11. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-processo-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-universidade-federal-do-maranhao-desafios-e-perspectivas.pdf> . Acesso em: 14 maio 2018.

PIMENTEL, Susana Couto (Org.). *Estudantes com deficiência no Ensino Superior*: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB. Cruz das Almas-BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). *Desenho Universal*: Caminhos da Acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. 305 p.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Telma Brito., and MIRANDA, Therezinha Guimarães. *A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior*: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al., orgs. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões*

contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-03.pdf>. Acesso em 30 agosto 2018.

SAMPAIO, Eliana. Ferramentas cognitivas e tecnológicas para inclusão social de pessoas com deficiência visual. UFRB, Salvo-BA., 2013. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2013/edicao-especial-03-outubro/Nossos_Meios_RBC_RevEE3Out2013_Texto_3.docx. Acesso em 30 agosto 2018.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (Brasília, DF, Brasil). *Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/>. Acesso em: 14 abr. 2018

SILVA, Daiane de Oliveira. *Acessibilidade para deficientes visuais: proposta de criação de sala de apoio na Biblioteca Central Da Universidade Federal De Goiás*. 2010. 88 f. Graduação (Biblioteconomia)- Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/4291/TCCG-BIBLIOTECONOMIA-DAIANE%20SILVA.pdf?sequence=>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SILVA, Kele Cristina. Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138845/silva_kc_me_mar.pdf?sequence=3. Acesso em: 31 mar. 2018.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Núcleo de Acessibilidade da UFPE**. Disponível em: https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/index.php?option=com_content&view=article&id=313&Itemid=175. Acesso em: 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Portaria normativa nº 4, de 16 de Fevereiro de 2016. Institui o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco. Boletim Oficial da UFPE, Recife: PE, 19 de fev. de 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/465824/0/PORTARIA+NORMATIVA+NACE.pdf/2394504c-db74-4f60-9a83-748ad8299432>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Sistema Integrado de Bibliotecas*. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/sib/>. Acesso em: 02 maio 2018

W3C BRASIL. Cartilha Acessibilidade na Web. Disponível em: <http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html> Acesso em: 07 mai. 2017.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

O presente instrumento de pesquisa foi elaborado para coletar dados sobre a situação atual das bibliotecas do SIB da UFPE e o trabalho dos bibliotecários quanto ao atendimento voltado às pessoas com deficiência visual. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Biblioteconomia: “Bibliotecas como agentes da inclusão das pessoas com deficiência visual: um estudo de caso no Sistema Integrado (SIB) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)”.

Conto com sua participação que é valiosa para a melhoria dos serviços direcionados às pessoas com deficiência visual!

ATENÇÃO! Ao finalizar sua participação, os dados serão utilizados para o TCC e para sua divulgação. Gentileza, indicar sobre o anonimato:

Autorizo o uso e a divulgação dos dados

Não autorizo a divulgação do respondente.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado(a) – (Opcional): _____

Nome da Biblioteca e Unidade/Centro Acadêmico – (Obrigatório):

2. POLÍTICA E ESTRUTURA

A Biblioteca possui políticas ou diretrizes voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência?

<input type="checkbox"/>	Sim, existe uma política ou diretrizes já estabelecida(s).
<input type="checkbox"/>	Existe(m) política ou diretrizes já estabelecida(s) em andamento.
<input type="checkbox"/>	Não existe(m) uma política ou diretrizes estabelecida(s), mas há previsão.
<input type="checkbox"/>	Não existe(m) uma política ou diretrizes estabelecida(s).

Comentários: _____

3. PÚBLICO-ALVO

Sobre a presença de usuários com deficiência visual que frequentam a biblioteca, indique o que corresponde:

Item	SIM	Não
Frequentemente temos a presença de usuários com deficiência visual.	()	()
Periodicamente, temos a presença de usuários com deficiência visual.	()	()
Nunca tivemos/não recordamos da presença de usuários com deficiência visual.	()	()

Comentários: _____

4. ESTRUTURA

Sobre a adequação da estrutura física no tocante ao atendimento das pessoas com deficiência visual, a Biblioteca:

Item	SIM	Não	Indique a estrutura e comente se possível:
Possui estrutura adequada.	()	()	
Está organizando a sua estrutura para o atendimento especializado.	()	()	
Pretende estruturar a biblioteca para atender usuários com deficiência visual futuramente.	()	()	
Não há previsão da adequação na estrutura.	()	()	

Comentários: _____

5.ACERVO E TECNOLOGIAS

A Biblioteca tem acervo e tecnologias capazes de atender as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual?

5.1 ACERVO

Item	SIM	Não
Temos acervo adequado em Braille e com áudio descrição, por exemplo.	()	()
Estamos em processo de organização do acervo.	()	()
Pretendemos estruturar o acervo da biblioteca para atender usuários com deficiência visual, porém não há previsão para realização desta ação.	()	()

Comentários: _____

5.2 TECNOLOGIAS

Item	SIM	Não
------	-----	-----

Temos tecnologias adequadas como: leitor de tela, ampliador de tela, leitor de impressos entre outros.	()	()
Não possuímos, porém há um planejamento para implantação de tecnologias assistivas.	()	()
Pretendemos implantar tecnologias assistivas na biblioteca, mas não há previsões para que tal ação aconteça.	()	()

Comentários: _____

6.SERVIÇOS E PRODUTOS

Cite quais são serviços e produtos da Biblioteca direcionados às pessoas com deficiência visual:

7.EQUIPE

Qual é o nível de preparo dos Bibliotecários voltados ao atendimento das pessoas com deficiência visual?

Item	Nível
Alto. Somos capacitados ou parte da equipe é capacitada para atendimento especializado.	()
Médio. Não temos conhecimentos especializados, mas conseguimos realizar o atendimento de forma satisfatória para o usuário.	(x)
Baixo. Não nos sentimos preparados para esse tipo de atendimento especializado.	()

8.BIBLIOTECA

8.1 Qual é a importância, na sua opinião, da Biblioteca como agente no processo de integração da pessoa com deficiência nas Universidades?

8.2 Considera que a sua Biblioteca contribui para que esse tipo de inclusão aconteça?

Item	Nível
Sim. A Biblioteca possui estrutura, acervo, tecnologias e bibliotecários capacitados para atendimento especializado.	()
Em parte. A Biblioteca não é totalmente acessível, mas estamos buscando estruturação adequada, tanto física quanto do acervo.	(x)
Não. Consideramos que a Biblioteca não possui requisitos acessíveis no processo de inclusão das pessoas com deficiência.	()

OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Entrevista com a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade (NACE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a fim obter informações sobre ações integrantes do NACE junto às Bibliotecas da UFPE.

Com a realização desta entrevista, a respondente confirma sua autorização para que eu possa utilizar os dados no TCC, bem como sua divulgação.

Perguntas:

1. Quais são as ações do NACE específicas para as pessoas com deficiência?
2. Especificamente quais são as ações do NACE específicas para as pessoas com deficiência visual?
3. Como é feito o planejamento das ações a serem realizadas em prol da acessibilidade na UFPE?
4. Existe algum planejamento de programas e projetos de acordo com as especificidades de cada tipo de deficiência? E em específico, com respeito à deficiência visual?
5. O NACE possui diretrizes e(ou) políticas direcionadas às pessoas com deficiência? Se sim, seria possível a obtenção desses documentos para o presente estudo?
6. O NACE possui estatísticas relativas aos estudantes e servidores com deficiência na UFPE? Quais seriam? E em particular, com deficiência visual?
7. Quais são as ações do NACE pertinentes ao ensino e à aprendizagem na UFPE para as pessoas com deficiência? E em particular, para as pessoas com deficiência visual?
8. Como o NACE garante a acessibilidade para a permanência dos estudantes com deficiência no geral? E em particular, com deficiência visual?
9. O NACE possui programas de formação para os profissionais (docentes e servidores) da UFPE? Se sim, favor informar quais são.
10. Quais são as parcerias realizadas pelo NACE dentro da Universidade voltadas a acessibilidade?
11. Existe algum projeto para os Bibliotecários formulado pelo NACE para formação desses profissionais?
12. Quais são as ações/parcerias do NACE pertinentes às Bibliotecas para as pessoas com deficiência? E em particular, para as pessoas com deficiência visual?
13. Como o NACE estimula a criação e o fortalecimento da cultura inclusiva na UFPE?

MUITO OBRIGADA!